



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**  
**CENTRO DE HUMANIDADES**  
**UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA**  
**CURSO DE HISTÓRIA**

**POR UMA MEMÓRIA DAS COISAS ROMANAS: A NOÇÃO DE  
HISTÓRIA EM TITO LÍVIO**

**MICHELLY PEREIRA DE SOUSA CORDÃO**

**CAMPINA GRANDE – PB**

**NOVEMBRO DE 2010**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**  
**CENTRO DE HUMANIDADES**  
**UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA**  
**CURSO DE HISTÓRIA**

**MICHELLY PEREIRA DE SOUSA CORDÃO**

**POR UMA MEMÓRIA DAS COISAS ROMANAS: A NOÇÃO DE  
HISTÓRIA EM TITO LÍVIO**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em História, da Unidade Acadêmica de História e Geografia, da Universidade Federal de Campina Grande, para a obtenção do título de Licenciada em História.

**ORIENTADORA:**

**PROF.ª DR.ª MARINALVA VILAR DE LIMA**

**CAMPINA GRANDE – PB**

**NOVEMBRO DE 2010**

**MICHELLY PEREIRA DE SOUSA CORDÃO**

**POR UMA MEMÓRIA DAS COISAS ROMANAS: A NOÇÃO DE  
HISTÓRIA EM TITO LÍVIO**

**Aprovada em:**

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marinalva Vilar de Lima  
ORIENTADORA

---

Prof. Dr. José Benjamin Montenegro  
EXAMINADOR

---

Prof. Dr. João Marcos Leitão dos Santos  
EXAMINADOR



Biblioteca Setorial do CDSA. Abril de 2024.

Sumé - PB

*Aos amigos, colegas, professores e  
funcionários do curso de História da  
UFCG.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a todos aqueles que insistiram para que eu concluísse mais esta fase de minha vida acadêmica: a licenciatura em História.

## RESUMO

A monografia analisa a escrita da história de Tito Lívio, historiador romano do séc. I a. C., estudando as interações entre escritor, obra, contexto e outras produções da historiografia antiga. Utilizamos como fonte principal a *Ab urbe condita libri* (História de Roma), escrita pelo historiador latino à época do principado de Augusto. Dialogamos com produções de historiadores antigos (Heródoto, Tucídides, Políbio, Tácito, etc.) e de outros escritores clássicos (Cícero, Aristóteles, Horácio, etc.), pensando-as na relação com a obra de Lívio. Assim, problematizamos as estratégias e intenções que perpassam a escrita historiográfica de Lívio, definida, sobretudo por seu “lugar social” e por elementos próprios ao *fazer* historiográfico da antiguidade. Por outro lado, discutimos sua concepção de história a partir de um debate que nos levou a observar noções fundamentais em seu *corpus* textual, tais como: o verossímil, a verdade, o documento, a memória, a tradição oral, dentre outras.

## PALAVRAS-CHAVE

Historiografia antiga, Tito Lívio, História de Roma, Memória.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> – .....	01
<b>CAPÍTULO I – História e historiografia antigas: a construção de um gênero discursivo</b> .....	19
<b>CAPÍTULO II – Escrita e oralidade, verdade e verossimilhança: estatutos da <i>memoria rerum gestarum</i> de Tito Lívio</b> .....	37
<b>CONCLUSÕES</b> – .....	176
<b>BIBLIOGRAFIA</b> – .....	179
<b>FONTES</b> – .....	182

## INTRODUÇÃO

A embriaguez, a obscuridade da noite, a mistura de sexos e idades baniram para logo [sic] o pudor, abandonando-se todos a todo gênero de excessos – já que cada qual tinha a seu alcance os deleites que mais lhe apeteçiam. O infame comércio de homens e mulheres não constituía o único escândalo daquelas orgias: dali saíam, quais sementes impuras, falsos testemunhos, assinaturas adulteradas, testamentos apócrifos, denúncias caluniosas e, às vezes, envenenamentos e assassinatos tão bem-acobertados que não se achavam os cadáveres das vítimas para dar-lhes sepultura. A astúcia e, mais frequentemente, a violência presidiam a esses atentados; com gritos selvagens, alarido de tímpanos e címbalos, abafavam-se os gemidos dos que eram violentados ou assassinados<sup>1</sup>.

Desse modo, Tito Lívio, historiador romano do séc. I a.C. descreve os “mistérios de Baco”, nos informando que foi trazido para Roma por um grego, com o intermédio da Etrúria. Uma “asquerosa mácula” que alcançara a *urbs* como uma epidemia, desonrando-a. Cerimônia em que o pudor, que levou tanto tempo para se consolidar como parte das instituições ancestrais edificadas pelos primeiros romanos, era ultrajado. Nessa “seita” religiosa, os costumes romanos eram invertidos com a experiência de prazeres excessivos e de “vícios monstruosos”: os sexos se confundiam, homens entregavam-se uns aos outros, sacrifícios humanos eram realizados, as sacerdotisas de Baco, com seus cabelos soltos, promoviam “estranhos” rituais, pessoas sumiam de repente, como se fossem arrebatadas pelos deuses, jovens eram assassinados.

Roma vinha se tornando a “senhora do mundo” com as conquistas militares, porém, aos olhos de Lívio, parece pagar um preço muito caro por isso, com a entrada de costumes estrangeiros, vistos por ele como uma abominação. Personificando-se no cônsul Aulo Postúmio que, ao tomar conhecimento das bacanais, procura alertar os romanos sobre o perigo que, então, ameaçava a pátria, Lívio discursa:

Elcs [deuses] jamais reconheceram essas divindades estrangeiras cuja infame liturgia enegrece as almas e as empurra como um delírio fanático a um sorvedouro de maldades e aviltamentos (...). Uns acreditam que se trate de um rito particular; outros, que não passam de diversão e prazeres lícitos; mas todos, que essas reuniões são pouco numerosas, qualquer que seja sua finalidade (...). Parte deles são mulheres – origem do mal – parte efeminados, corruptos ou corruptores, fanáticos embrutecidos pelas noitadas, pela bebedeira, pelo ruído dos instrumentos e pelos gritos noturnos. (...) Que pensareis desses ajuntamentos noturnos onde homens e mulheres se confundem? (...) Confiareis a defesa de honra de vossas esposas e filhas a esses miseráveis manchados de atos de prostituição em que foram alternadamente vítimas e autores? (...) Mas a verdade é que

<sup>1</sup> TITO LÍVIO. XXXIX. 8, p. 287, v. V.

nunca a república se viu à mercê de dano maior ou mais contagioso (...) Dia a dia vai o mal crescendo e se espalhando, e já fez demasiados progressos para ficar encerrado mais tempo no âmbito das violências particulares: já se propõem, os infames, atacar o Estado inteiro. Vigiai, cidadãos, do contrário esta reunião celebrada à luz do dia, convocada legalmente pelo cônsul, presto será substituída por um conciliábulo noturno igualmente numeroso<sup>2</sup>.

Lívio, ao assumir a voz de um dos seus personagens, convida os romanos de seu tempo a se contraporem aos excessos que, segundo ele, corrompiam a República romana, construída com as bases sólidas dos costumes ancestrais. Para Lívio, a Roma do período final da República experimentava uma corrupção que já vislumbra no “escândalo das bacanais”, ocorrido no início do séc. II a.C.<sup>3</sup>. Cerimônia que apenas prenuncia “perigos” ainda maiores que, segundo Lívio, prevaleciam no contexto do séc. I a.C.: guerras civis, valor aos prazeres e excessos, corrupção das instituições ancestrais. Lívio se propõe, então, a historicizar a situação que presenciava, retroagindo a um passado que o remete à fundação de Roma para mostrar como esses mesmos costumes que se encontram degradados, foram sendo instituídos; ao mesmo tempo, como começaram a ser desviados. Trabalho, pois, de um historiador que pretendeu perenizar os costumes de outrora para que não caíssem no esquecimento e que, para realizá-lo, necessitou de um tempo considerável de dedicação.

(...) a História irá bem quando os homens de ação passarem a escrevê-la não à maneira atual, como uma atividade acessória, mas quando, acreditando que essa é a mais necessária e mais bela das tarefas, eles se entregarem à mesma ao longo de toda a sua vida com uma dedicação integral (...)<sup>4</sup>.

Como que orientado por esse comentário feito por Políbio no séc. II a.C., Tito Lívio dedicou a maior parte de sua vida à escrita da *Ab urbe condita libri* (História de Roma)<sup>5</sup>, obra constituída por um total de 142 livros<sup>6</sup> com os quais Lívio pretendia edificar a memória dos feitos do povo romano.

<sup>2</sup> TITO LÍVIO. XXXIX, 15-16. p. 293-295, v. V.

<sup>3</sup> ROBERT, Jean-Noël. *Os prazeres em Roma*. Trad.: Marina Appenzeller. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. 26.

<sup>4</sup> POLÍBIOS. *História*. Trad.: Mário da Gama Kury. Brasília: UnB, 1996. p. 418.

<sup>5</sup> O tradutor que utilizamos traduz a expressão *Titi Livi ab urbe condita libri* como “História de Roma”. Porém, literalmente, tem-se: “Os livros de Tito Lívio desde a fundação de Roma”.

<sup>6</sup> Lívio escreveu 142 livros, contudo apenas 35 nos alcançaram, constituindo o *corpus* da nossa pesquisa, a partir da tradução de: TITO LÍVIO. *História de Roma*. Trad.: Paulo Matos Peixoto. São Paulo: Paumape, 1989. v. I-VI. Confrontamos alguns termos dessa, com uma transcrição do texto latino. Cf.: LIVY BOOKS. Disponível em <[www.thelatinlibrary.com/br](http://www.thelatinlibrary.com/br)> Acesso em 28 de agosto de 2006. Saliente-se que para todas as citações em latim colocadas neste trabalho, tivemos o texto desse *site* como referência.

Tito Lívio nasceu em Patávio, atual Pádua, provavelmente em 59 a. C.<sup>7</sup> Essa província romana foi por Lívio representada, em uma das raras vezes que sobre ela comenta, como um espaço onde os jovens guerreiros exercitavam o amor pela Itália<sup>8</sup>. Ao ver alguns de seus povos serem atacados por lacedemônios, esses jovens combateram-nos em mar e em terra com grande êxito, exercitando sua força e coragem<sup>9</sup>.

Lívio afluíu para Roma logo em sua juventude<sup>10</sup>, passando a residir em uma cidade idealizada pelos que moravam em suas vizinhanças por sua grandiosidade arquitetônica, populacional e social<sup>11</sup>. Cidade constituída por aproximadamente um milhão de habitantes no final do séc. I a.C.<sup>12</sup> e onde os jovens poderiam desenvolver seus estudos, pautados, sobretudo na educação apropriada da Grécia, visto que o ensino das letras gregas em Roma constituía uma prática recorrente no tempo de Lívio<sup>13</sup>.

Representações de historiadores contemporâneos sobre a *urbs* do contexto de Lívio, dão evidências de uma cidade de ruas estreitas e caminhos sinuosos, com uma grande quantidade de *insulae*, tipo de moradia que crescia verticalmente e, assim, se tornou necessária, em face do crescimento populacional de então<sup>14</sup>. Uma cidade, pois, marcada por tumultos e, ainda, por uma “arquitetura do prazer”, com suas termas, anfiteatros e circos<sup>15</sup>. Por outro lado, as representações de Lívio apontam a grandeza de Roma, manifestada em seus “marcos urbanos”<sup>16</sup> por excelência: o Fórum, local das assembléias públicas, onde tudo se fazia e se resolvia e o Capitólio, espaço sagrado, restrito a poucos e que funcionava também como fortaleza e refúgio<sup>17</sup>.

<sup>7</sup> ALBERTO, Paulo Farmhouse. *Introdução*. In: TITO LÍVIO. *História de Roma – Ab urbe condita libri*. livro I. Trad.: Paulo Farmhouse Alberto. Lisboa: Inquérito, 1993 (edição bilíngue), p. 7.

<sup>8</sup> De acordo com a transcrição do texto latino que utilizamos. Lívio usa esse termo para se referir ao espaço, a chamada península itálica, em que Roma foi crescendo inicialmente, antes das conquistas universais.

<sup>9</sup> TITO LÍVIO, X, 2, p. 283, v. II

<sup>10</sup> PEIXOTO, Paulo Matos. *Introdução*. In: TITO LÍVIO. *Op., cit.*, p. 09.

<sup>11</sup> Cf.: CARCOPINO, Jérôme. *O meio físico: a cidade, as suas casas e o seu policiamento*. In: *A vida quotidiana em Roma no apogeu do Império*. Trad.: António José Saraiva. Lisboa: Livros do Brasil, s/d.

<sup>12</sup> Além dos prováveis 675 mil cidadãos, incluía-se os escravos, os “peregrinos” domiciliados em Roma e uma guarnição de homens que protegiam a *urbe*. Cf.: Idem, *ibidem*, p. 32. Por outro lado, em sua *Res Gestae*, Augusto coloca que, no terceiro recenseamento feito em seu quinto consulado, computou-se 4.937.000 de cidadãos romanos. Trata-se, logo, da população de todo o império e não apenas da cidade de Roma. Cf.: AUGUSTE. *Res Gestae*. Tradução francesa. cap. 8. Disponível em < <http://www.class.uig.ac.be> >. Acesso em 12 de junho de 2007 (tradução livre).

<sup>13</sup> TITO LÍVIO, IX, 36, p. 257, v. II.

<sup>14</sup> CARCOPINO, Jérôme. *Op., cit.*, p. 40.

<sup>15</sup> ROBERT, Jean-Noël. *Prazeres e arquitetura: uma arte de viver na cidade*. In: *Op., cit.*

<sup>16</sup> “(...) são referências concretas à ação do homem em Roma”. Cf.: SÁ, Maria Yacê Carleial F. de. *A idéia de cidade: a urbe romana de Tito Lívio*. Crato-CE: URCA (Universidade Regional do Cariri), 2003 (monografia de especialização em Estudos Clássicos), p. 95.

<sup>17</sup> Idem, *ibidem*.

Lívio se mostra deslumbrado diante da “(...) *atual magnificência de nossa cidade*”<sup>18</sup>, com o esplendor do Capitólio, que de um monte ocupado por pastores e constituído por carvalhos, transformou-se num espaço repleto de templos que evocavam a grandeza de Roma. Foi nele onde se consagrou, segundo Lívio, o primeiro templo em Roma, oferecido por Rômulo à recente cidade em homenagem a Júpiter Ferétrio, após vitórias com povos vizinhos<sup>19</sup>.

O *princeps*<sup>20</sup> Augusto, que alcançou o poder do Principado romano em 27 a.C. a partir de um rol de estratégias políticas com as quais visava a tornar-se o “escolhido dos deuses”<sup>21</sup>, descreve uma série de obras por ele edificadas e/ou restauradas, que evidenciam sua tentativa de “restauração” da sociedade, idéia que o aproximava dos objetivos de Lívio. De um lado, reconstrução da Cúria, do templo de Apolo no Palatino, do templo de Júpiter Ferétrio no Capitólio, etc.; de outro, restauração do Capitólio, do Teatro de Pompeu, “(...) *todos os deus com muito sacrifício, sem nenhuma inscrição de meu nome*” e de quarenta e dois templos da *urbs*<sup>22</sup>. Este comentário foi inscrito na *Res gestae divi Augusti*<sup>23</sup>, material de memória, gravado sobre duas tábuas de bronze que viriam a ser postas no mausoléu de Augusto, na cidade de Roma. Trata-se de uma espécie de epitáfio que constitui um material funerário construído geralmente pelo próprio morto, quando em vida, para que o público viesse a conhecer suas ações dignas e virtuosas<sup>24</sup>. Assim, é que, através do mesmo, aos setenta e seis anos,<sup>25</sup> Augusto procurou eternizar suas “virtuosas” ações em vida.

Embora tenha tentado se construir como um “homem simples”, o *princeps* afirma ter promovido ações em Roma que a tornaram uma cidade bem distante do aspecto campestre

<sup>18</sup> TITO LÍVIO. VI. 4. p. 15. v. II.

<sup>19</sup> TITO LÍVIO. I. 10. p. 34. v. I.

<sup>20</sup> Trata-se do *Principe*, título a partir de Augusto, que significa o “que ocupa o primeiro lugar”, o primeiro entre todos. Logo, o escolhido para comandar Roma. Cf.: FARIAS, Ernesto. *Dicionário Escolar Latino Português*. Rio de Janeiro: FAE. 1991. p. 438-39.

<sup>21</sup> A batalha do Ácio (31 a.C.) entre Augusto, que ainda era Otávio, e Marco Antonio, aliado a Cleópatra, resultou na vitória do primeiro que, com isso, deu seu passo fundamental para se tornar o *princeps* romano. Diante das guerras civis, intensificadas após a morte de César em 44 a.C., os republicanos são derrotados e forma-se o segundo triunvirato entre Otávio, filho adotivo e herdeiro de César, Marco Antonio, cônsul que apoiava César, e Lépido, mestre da cavalaria de César. Partilham o mundo entre si: Antonio escolhe o Oriente, Lépido, a África e Otávio, o resto do Ocidente, onde articulava estratégias para destruir Antonio e, com isso, se tornar o “senhor de Roma” e, logo, do mundo. Nesse sentido, Otávio passou a usar estrategicamente a idéia de que Antonio não mais prezava pelos interesses de Roma, mas apenas por um “Oriente monstruoso”. Assim, encontra uma justificativa para agir contra ele, culminando na batalha de Ácio que lhe foi vitoriosa em terra e em mar no ano de 31 a.C.. Cf.: GRIMAL, Pierre. *A civilização romana*. Trad.: Isabel St. Aubyn. Lisboa: Edições 70, 1993. p. 50; GRIMAL, Pierre. *O século de Augusto*. Trad.: Rui Miguel O. Duarte. Lisboa: Edições 70, 1997.

<sup>22</sup> AUGUSTE. Op., cit., cap. 19-20.

<sup>23</sup> Feitos do divino Augusto. Cf.: Idem. *ibidem*.

<sup>24</sup> Cf.: VEYNE, Paul. *O império romano*. In: ARIÈS, Philippe & DUBY, Georges. *História da Vida Privada: do império romano ao ano mil*. São Paulo: Cia das Letras, 1991. p. 168.

<sup>25</sup> AUGUSTE. Op., cit., cap. 35.

que lhe marcava outrora. Por outro lado, trata-se de ações que não “restauraram” Roma apenas enquanto um espaço físico, mas, sobretudo como uma instância moral. Daí o enfoque aos espaços religiosos por excelência: os templos. Dos espetáculos e jogos que Augusto afirma ter oferecido ao povo romano, destaca as atividades que poderiam fortalecer o físico e a mente dos jovens, como as caças de animais e os jogos em homenagem ao deus Marte<sup>26</sup>. Tem-se, pois, uma visão moralista, que informava suas práticas e seu discurso e que constituía seu elemento principal de ligação política com Lívio.

Lívio se preocupou em se construir como um historiador moralista, defensor das virtudes tradicionais e, por isso, estava ligado ao mundo das instituições oficiais de Roma. Sua escrita rememora o passado das tradições romanas, bem como, o presente da “*pax augustana*”<sup>27</sup>, num constante jogo discursivo em que os dois tempos se encontram imbricados. Cruzamentos temporais que resultam, ao menos em parte, das pretensões moralistas de Lívio, pois representa modelos de homens, mulheres e costumes de um passado que o remete aos primórdios da fundação de Roma, para serem tomados como referência no presente.

Apropriando-se de elementos estoicos<sup>28</sup>, provavelmente encontrados em Cícero<sup>29</sup>, bem como, dialogando com uma sociedade moralista que, no entanto, convivia com práticas consideradas viciosas, Lívio se constrói como sendo contrário à riqueza e à ostentação, ao luxo e aos prazeres. Percepções e práticas que, segundo ele, constituíam claros indícios da corrupção dos costumes tradicionais. Considera que durante muito tempo o povo Romano viveu distante da avareza e da luxúria, preferindo a esses valores, a frugalidade e a simplicidade. Porém, “*em nossos dias, com a riqueza veio a cobiça e com a afluência dos prazeres, o desejo de perder tudo e perder-se a si mesmo nos excessos do luxo e do deboche*”<sup>30</sup>.

<sup>26</sup> AUGUSTE. Op. cit., cap. 22.

<sup>27</sup> O período da chamada Paz Augustana foi caracterizado por uma política diplomática empreendida por Augusto em relação às regiões conquistadas do Oriente e do Ocidente. Por outro lado, tal período constituiu uma forma sutil e astuta do príncipe romano explorar os povos conquistados, conseguindo estabelecer uma unificação territorial que se pautava na manutenção de relações pacíficas com as províncias romanas, restaurando a unidade entre as mesmas e Roma. Para mais informações sobre a questão, consultar: GRIMAL, Pierre. Op. cit., 1997; PETIT, Paul. *A paz romana*. Trad.: João Pedro Mendes. São Paulo: EDUSP, 1989. Além do sentido político, a paz se caracterizou por uma tentativa de “restauração” da moral romana de outrora.

<sup>28</sup> Para Sêneca, escritor estoico, posterior a Lívio, toda forma de excesso deveria ser abandonada, cabendo ao indivíduo viver em pobreza com a satisfação apenas dos “gostos simples”, evitando, assim, a ambição pela riqueza e sua ostentação: “*Aprendamos a andar com nossas pernas, a regular nosso vestuário e nossa alimentação, não sobre a moda do dia, mas sobre o exemplo dos antigos. Aprendamos em cultivar em nós a sobriedade e a moderar nosso amor ao fausto (...)*”. Cf.: SÊNeca. *Da tranquilidade da alma*. In: AURELIO, Marco et al. Os pensadores. São Paulo: Editor Victor Civita, 1973, p. 215.

<sup>29</sup> CÍCERO, Marco Túlio. *Do sumo bem e do sumo mal*. Trad.: Carlos Ancêde Nougê. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

<sup>30</sup> TITO LÍVIO. prefácio. p. 18.

Cícero, com efeito, apresenta argumentos contrários a experiências ligadas ao hedonismo dos epicuristas, por ele criticado. Considera que, diferentemente do que diz Epicuro, o “sumo bem”, a felicidade, não está na privação da dor, possível a partir dos deleites<sup>31</sup>. Encontra-se, em verdade, no exercício das variadas virtudes (piedade, bondade, liberalidade, benignidade, generosidade, etc.) que resulta de um sentimento cívico, inato aos homens, segundo Cícero. Virtudes que se fundem numa só: a justiça e, mais precisamente, a honestidade, considerada por ele como a própria virtude<sup>32</sup>.

Com uma perspectiva que desaprova o ócio, visto associá-lo às práticas corruptas do prazer (*lascivia*), Lívio costuma atribuir ao “outro”, características que constituíam o inverso do que a moral romana pregava, donde se percebe uma defesa do seu lugar a partir de referências externas. Assim, descreve práticas voluptuosas dos cartagineses em Cápua, cidade por ele vista como o símbolo máximo em que os prazeres, que corrompiam as energias dos homens, eram experimentados. “*Sono, vinho, festins, mulheres e banhos, enfim, a ociosidade [otium] que o hábito torna dia a dia mais apetecível, de tal forma enervaram seus corpos e almas (...)*”<sup>33</sup>. Se para Lívio, os romanos se tornaram “senhores do mundo” como efeito do exercício dos costumes tradicionais, os cartagineses foram derrotados em virtude de seus excessos.

Essas práticas eram guiadas pela paixão (*páthos*), condenada por Cícero por se tratar de “perturbações”, instigadas por “afetos viciosos” e não por “impulsos naturais”. Subdividem em quatro espécies: “*tristeza, temor, luxúria e a que os estóicos chamam hedoné nome que se aplica tanto à alma como ao corpo, mas que eu prefiro chamar alegria, porque é uma espécie de movimento voluptuoso da alma*”<sup>34</sup>. Apenas o sábio, estaria delas isento, segundo Cícero.

Lívio, em defesa de uma moral que repudiava o luxo e a “vida fácil”, observadas entre os cartagineses, elogia seus concidadãos: “*(...) quem poderia igualar o soldado romano nos trabalhos [opere] ou suportar melhor a fadiga [laborem]*”<sup>35</sup>. Prazer e ócio passaram a ser experimentados pelos romanos nos momentos em que não mais preservavam a moral dos tempos de outrora, segundo a qual o romano deveria ser ora soldado ora camponês, cabendo-

<sup>31</sup> CÍCERO. Marco Túlio. Op., cit., p. 14.

<sup>32</sup> Idem, ibidem, p. 189.

<sup>33</sup> TITO LÍVIO. XXIII, 18, p. 112. v. III.

<sup>34</sup> CÍCERO. Marco Túlio. Op., cit., p. 103

<sup>35</sup> TITO LÍVIO. IX, 19, p. 233. v. II.

lhe intercalar, de acordo com a guerra e a paz, esses dois papéis, pois que o repouso prejudicava a coragem e o ardor do guerreiro<sup>36</sup>.

Nos sécs. II e I a.C., por outra parte, a sociedade romana experimentava substanciais mudanças que iam do campo da política, em seu sentido estrutural, aos valores sociais. A cidade passa a constituir o espaço por excelência de circulação de transeuntes e, assim, do valor ao trabalho e ao mundo campestre, passa-se a valorizar os banhos, os jogos e espetáculos, as festas, dentre outros prazeres. Práticas oferecidas pelos homens públicos para que os romanos vivessem o ócio e para que pudessem conquistar a popularidade desses. O dinheiro passa a constituir o instrumento essencial para o alcance de poder político, permitindo ao cidadão romano ostentar suas riquezas, com a compra do que, para os estoícos/moralistas, como Lívio, constituíam objetos de luxo e, por isso, eram desnecessários<sup>37</sup>.

A multidão da Roma de Augusto promovia práticas em seu cotidiano que causavam escândalo entre os moralistas. homens cortavam e encaracolavam seus cabelos e faziam a barba; o vestuário passa a ser menos severo e rústico, com a introdução do *pallium* e a *paenula*, por exemplo, tipos de mantos estrangeiros que substituíam a toga oficial por sua praticidade e que eram usados tanto pelo “povo”<sup>38</sup> como por nobres, geralmente nos momentos privados e/ou de ócio. Seu uso causava indignação em Augusto que os proibia em espaços públicos<sup>39</sup>. Assim, Augusto pretendia reorganizar Roma a partir de um eixo moralista, conforme deixa claro em sua *Res gestae*: “*Pelas novas leis votadas sobre minha proposição, eu restabeleci costumes de nossos ancestrais que caem em desuso, e eu mesmo transmitti à posteridade exemplos a serem imitados em muitos domínios*”<sup>40</sup>.

A “desmoralização” da instituição do casamento entre os finais da República e a época imperial, por exemplo, constituía motivo para duras críticas às mulheres por escritores moralistas, que descreviam “vícios”, como suas bebedeiras e comilanças durante banquetes, ressaltando, sobretudo, a recorrência de divórcios. Essas práticas levaram Augusto a instituir leis para suprimi-las. Se no séc. III a.C., tempo em que os valores da tradição ainda

<sup>36</sup> ROBERT, Jean-Noël. Op., cit., p. 19.

<sup>37</sup> Idem, ibidem. p. 27-28. p. 33.

<sup>38</sup> O povo em Roma, conforme vimos nas representações de Lívio, de início são os plebeus, estrangeiros que, ainda que tivessem riquezas, não possuíam cargos públicos. Dai as disputas recorrentes com os patricios, os descendentes dos “fundadores” da cidade, a fim de reivindicar deles participação política. Assim, o povo não se definia enquanto tal por serem “pobres”, do ponto de vista socioeconômico, como se passou a pensar na modernidade, mas por não possuírem um papel político na República, à diferença do patriciado.

<sup>39</sup> GRIMAL, Pierre. *A vida em Roma na Antiguidade*. Trad.: José Daniel Lourenço et al. Lisboa: Europa-América, 1981, p. 83-85.

<sup>40</sup> AUGUSTE. Op., cit., cap. 8.

prevalciam, apenas o homem podia repudiar a mulher, nos sécs. I a.C. e I d.C., essa o fazia com constância. Algumas chegavam a casar entre oito e dez vezes, como criticam Juvenal e Marcial<sup>41</sup>. Assim, “*como estamos longe do quadro edificante que nos oferecia a família romana nos tempos heróicos da República!*”<sup>42</sup>.

Em narrativa sobre a época da Realeza<sup>43</sup>, Lívio contrapõe dois modelos de feminino, ao representar práticas de mulheres durante os períodos em que seus maridos estavam na guerra. Deste modo, demonstra sua tentativa moralista de edificar a sociedade de seu tempo. De um lado, a virtuosa Lucrecia que, “*(...) encontrava-se no interior de sua casa, sentada junto com suas servas, e fiava a lã apesar da hora avançada*”<sup>44</sup>. De outro, as outras mulheres, noras do rei, que “*(...) para matar o tempo, participavam com as amigas de um suntuoso banquete*”<sup>45</sup>. Estabelecendo hierarquizações das mulheres a partir de uma visão moralista, Lívio observa em Lucrecia o *exemplum* de virtude, no qual as romanas de seu tempo deveriam se espelhar. Apresenta uma percepção ciceroniana de repúdio ao deleite e de valor à virtude enquanto bem supremo: “*nós não podemos admitir que haja o sumo bem independentemente da virtude, sem a qual nada pode haver de excelente*”<sup>46</sup>.

Lívio narra o caso de uma patricia chamada Virgínia, casada com um plebeu; mulher pudica que construiu o Templo do Pudor plebeu, onde se unia a outras mulheres castas como ela para promover cerimônias religiosas. Descreve elementos que deveriam fazer parte do modelo de feminino por ele preconizado:

Nenhuma mulher além das matronas de comprovado pudor, e não tendo senão um só marido, teve o direito de ali sacrificar. Esse culto foi depois substituído por mulheres impuras – não somente por matronas, mas por mulheres de toda classe – e acabou por cair no esquecimento<sup>47</sup>.

Lívio elogia as mulheres que tinham apenas um marido, casavam virgens e eram pudicas em seu casamento. Modelos que, conforme coloca, estavam cada vez mais ausentes em seu tempo; daí sua pretensão em fomentá-los a partir da “recuperação” de atos como os de Lucrecia e de Virgínia.

<sup>41</sup> CARCOPINO, Jérôme. Op., cit., p. 124-128.

<sup>42</sup> Idem. ibidem. p. 129. Paráfrase que o autor faz da percepção de Juvenal.

<sup>43</sup> Grimal aponta tres periodos da “civilização romana”, segundo a tradição dos historiadores: a Realeza (séc. VIII-VI a.C.), a República (VI-I a.C.) e o Império (I a.C.-IV d.C.). Cf.: GRIMAL, Pierre. Op., cit., 1993.

<sup>44</sup> TITO LÍVIO, I, 57, p. 98, v. I.

<sup>45</sup> TITO LÍVIO, I, 57, p. 98, v. I.

<sup>46</sup> CÍCERO, Marco Túlio. Op., cit., p. 89.

<sup>47</sup> TITO LÍVIO, X, 23, p. 315, v. I.

Nesse sentido, Livio comenta sobre uma atitude de um homem público romano que provavelmente seria inesperada em seu tempo. Tito Mânlio Torquato recusou o consulado para o qual foi eleito, alegando que seus olhos e ouvidos, então falhos após batalhas contra os cartagineses, lhe impediriam de gerir o Estado com responsabilidade. Assim, preferiu que se organizasse uma outra eleição para o consulado, refutando os que insistiam em mantê-lo no cargo, pois que, apenas dessa forma, seria possível manter a península itálica em segurança. Comum nos tempos de outrora, essa prática seria considerada estranha aos olhos dos romanos de seu tempo, sendo, para esses, motivo de zombarias: *“riam-se hoje dos admiradores do passado! Em verdade, ainda que existisse aquela cidade de sábios que os eruditos mais imaginam que conhecem, duvido que ali se mostrassem líderes mais sérios e desinteressados, e o povo mais propenso à ordem”*. Em seu tempo, contudo, até *“(…) a autoridade paterna é desvalorizada e repudiada pelos filhos”*<sup>48</sup>.

Era um tempo em que, além do esforço para manter e/ou “restaurar” uma vida familiar no seio da aristocracia de acordo com a moral “antiga”, Augusto se preocupava em impedir a disseminação de práticas por ele consideradas “antimorais” entre os jovens, reunindo-os em associações semi-religiosas e semidesportivas<sup>49</sup>. Além disso, se preocupava com a formação intelectual daqueles a partir de um fomento à educação literária em que se estudava primeiramente a escrita e a leitura correntes, depois, a gramática e, por fim, a retórica<sup>50</sup>. Atitudes políticas que visavam a canalizar a vida dos romanos para a prática de atos considerados virtuosos por parte da sociedade da época.

Num contexto, pois, em que a juventude vivia o prazer, o gozo, os espetáculos, os banquetes e as práticas amorosas, o que causava um tremendo desconforto entre os moralistas<sup>51</sup>, Livio, considerando-se parte desses, propõe uma moralização dos costumes através da escrita da história. Essa idéia encontrou um forte respaldo em Augusto que *“propôs o retorno ao caminho da simplicidade e da felicidade através do trabalho”*<sup>52</sup>. Em face de uma “nova moral”, ligada ao prazer e ao ócio, pretendia-se restituir uma “moral laboriosa”, ligada a atividades frugais. Tentativas realizadas por aristocratas (políticos e/ou escritores) que, de algum modo, viam nesse exercício possibilidades de estabelecer seus poderes e/ou justificá-los.

<sup>48</sup> TITO LÍVIO, XXVI, 22, p. 317, v. III.

<sup>49</sup> GRIMAL, Pierre. Op., cit., 1981, p. 92.

<sup>50</sup> Idem, ibidem, p. 94-95.

<sup>51</sup> ROBERT, Jean-Noël Op., cit., p. 34.

<sup>52</sup> Idem, ibidem, p. 35.

Lívio faz uma defesa desses ideais augustanos através da representação que constrói para Marco Pórcio Catão, cônsul que, além de excelente estrategista de guerra, era um defensor dos costumes ancestrais: “(...) não exercia sobre ninguém autoridade mais dura e penosa que sobre si mesmo; em frugalidade, vigílias e fadigas [labore], rivalizava com os soldados mais humildes, não tendo nenhum privilégio no exército (...)”<sup>53</sup>. Características que se aproximam das que Augusto tentou construir para si e que são ainda mais visíveis num *exemplum* de simplicidade, associada ao trabalho no campo, que Lívio introduz na narrativa ao descrever as atividades de lavoura de um homem que antes fora cônsul, Lúcio Quíncio Cincinato: “aqueles que tudo desprezam no mundo, exceto a riqueza, e acreditam que a honra e o mérito só existem no seio da opulência deveriam meditar sobre o exemplo que se segue”<sup>54</sup>.

Prossegue dizendo que Cincinato, “única esperança do povo romano”, num momento em que os sabinos se aproximavam das muralhas de Roma, encontrava-se à margem direita do rio Tibre, cultivando uma pequena quantidade de terra<sup>55</sup>: “Lá o foram encontrar os emissários do Senado, curvado sobre sua enxada ou ao cabo da charrua”. Elementos simbólicos que o associam a uma vida rústica, experimentada nos momentos de tranquilidade que lhe foram possíveis durante o afastamento da vida pública. Para o retorno a esta, contudo, cabia a Cincinato se desfazer desse cenário campestre, ao qual estava ligado pela *opera* (atividade do trabalhador)<sup>56</sup>. Termo que na língua rústica associava-se a uma “jornada de trabalho” e ao qual podia se ligar o denominativo *operor* que significa “trabalhar” e, especialmente, “realizar uma cerimônia religiosa”<sup>57</sup>. O trabalho de Cincinato, pois, mais do que uma tarefa cotidiana, parece tomar o sentido simbólico de sacrifício aos deuses.

Quando a delegação enviada pelo Senado chega e o vê arando a terra, “(...) após uma troca de saudações, pediu-lhe que vestisse a toga para ouvir, em seu próprio benefício e em benefício da república, uma comunicação do Senado”. Em seguida,

Assustado. Quíncio perguntou: ‘Tudo vai bem’ e pediu a Racília, sua mulher, que fosse depressa buscar a toga na choupana. Limpou-se da pocira e do suor e apresentou-se

<sup>53</sup> TITO LÍVIO, XXXIV, 18, p. 383, v. IV.

<sup>54</sup> TITO LÍVIO, III, 26, p. 236, v. I.

<sup>55</sup> Quatro jeiras de terra, equivalente a oitenta m<sup>2</sup>.

<sup>56</sup> ERNOUT, A. MEILLET, A. *Dictionnaire étymologique de la langue latine: histoire des mots*. Paris: Librairie C. Klincksieck, 1932. Sentido que vai aparecer também no termo *opfarôn*: “sacrificar” (p. 675-676). A palavra *opus*, “trabalho”, próximo do nome de ação *ops*, *opis* (“abundância”) (p. 672), termo personificado/divinizado em *Opis*, mulher de Saturno, deusa da abundância. Logo, *ops* pertencia de início ao falar rústico.

<sup>57</sup> Idem, *ibidem*, p. 675-676.

vestido com a toga. Imediatamente os delegados proclamaram-no ditador, felicitaram-no e pediram-lhe que viesse a Roma, informando-o do pânico que reinava no exército<sup>58</sup>.

Símbolos de uma vida rústica se sobressaem na narrativa: a terra, a enxada, a charrua, a choupana, a poeira e o suor. Eles foram largados por Cincinato para que pudesse voltar ao exercício do *negotium* na condição de homem público, após esses momentos de ócio, que foram bem aproveitados com o exercício do labor. Esse, então, aparece associado aos costumes morais de Roma, sobretudo por ser executado no espaço simples e tranqüilo do campo. Lívio quer mostrar a seus leitores que para alcançarem as honrarias públicas, os homens não precisavam, por exemplo, ostentar suas riquezas com o embelezamento da cidade ou com a distribuição de trigo. Bastava-lhes agir virtuosamente, como o fez Cincinato, pois, para Lívio, era preciso ensinar aos homens de seu tempo, atolados em guerras civis resultantes da cobiça pelo poder, que “(...) o favor e as honras chegam por vezes mais facilmente aos que não as solicitam”<sup>59</sup>.

Advindo de uma rica família da cidade de Patávio<sup>60</sup>, Lívio ocupou um lugar aristocrata na sociedade romana, conforme sugere as representações que elabora sobre patricios (*nobilis*) e plebeus (*humilis*)<sup>61</sup>, na maioria das quais defende os interesses políticos dos primeiros. Nesse sentido, Lívio narra a assinalação pública de um jovem nascido como *humilis*<sup>62</sup> chamado Caio Terêncio Varrão, representando-o como um aproveitador que conquistou a popularidade e, por seqüência, cargos públicos, a partir do uso de sua oratória em praça pública para defesa de causas e homens vis em detrimento dos “homens de bem”. Lívio associa suas origens a um pai açougueiro que “(...) com as próprias mãos trinchava a mercadoria; e o próprio filho labutara naquele mister servil”<sup>63</sup>. Labor desprezível por ser executado, no geral, por servos, à diferença do *labor* dos soldados nas guerras, por exemplo, elogiado por Lívio por seu caráter moral e patriótico.

Após conquistar, sequencialmente, os cargos de questor, edil e pretor, Varrão alcança a mais alta magistratura, o consulado, por meio de sua arte de falar, com a qual se articulou à

<sup>58</sup> TITO LÍVIO. III, 26, p. 236, v. I.

<sup>59</sup> TITO LÍVIO. IV, 57, p. 372, v. I.

<sup>60</sup> PEIXOTO, Paulo Matos. Op., cit., p. 09.

<sup>61</sup> Conforme FARIAS, Ernesto. Op., cit., p. 256, temos: *nobilis*: conhecido, célebre, de boa origem, nobre, etc.; *humilis*: que está no chão, baixo, pouco elevado, humilde, de baixa condição, abjeto, etc.

<sup>62</sup> Segundo Carcopino, no séc. II d. C., tem-se em Roma dentro do quadro social dos homens livres, os humildes, uma “plebe de pessoas insignificantes”, como sendo aqueles que constituíam a mais baixa posição na hierarquia social romana, definida pelos níveis de fortuna. Pessoas que eram desprovidas, segundo o autor, de possibilidades de alcançar honrarias. Cf.: CARCOPINO, Jérôme. Op., cit., p. 75. Em Lívio, observa-se, por outro lado, um humilde que ascendeu socialmente não pela quantidade de riqueza, mas pela conquista de cargos públicos e, assim, trata-se de um exemplo que serve como contraponto às colocações de Carcopino.

<sup>63</sup> TITO LÍVIO. XXII, 25, p. 42, v. III.

plebe<sup>64</sup>. Dessa, era um homem *sui generis*, segundo Lívio, que, assim, o rebaixa por sua origem. Por outro lado, Varrão atacava com toda a força os patrícios<sup>65</sup>, a quem, ao se tornar cônsul, destilou terríveis “arengas rancorosas”; gestos criticados por Lívio que, assim, deixa claro sua contraposição à ascensão ao consulado de um mero *humilis*. Já para Paulo Emílio, cônsul patrício que assumiu essa função junto com Varrão, à época da chamada segunda guerra púnica, Lívio constrói representações que o colocam como um político sensato e sincero e que cujas palavras ao seu adversário eram desprovidas de provocações, rancores e de um tom áspero<sup>66</sup>. No máximo, dizia a “verdade” sobre Varrão, que é a mesma “verdade” sobre o plebeu construída por Lívio.

Aristocrata, porém sem *dignitas*<sup>67</sup>, a menos que consideremos que o exercício de sua escrita da história tenha lhe concedido-a, Lívio dedicou seu ócio a um labor ainda mais doloroso, pois para sua execução teve que despende boa parte de sua vida. Embora, pois, com pouca experiência no campo da política, Lívio demonstra um vasto conhecimento sobre seu funcionamento em Roma. Costuma se referir a sua constituição física, social e política durante seu presente, num recorrente exercício de comparação entre esse tempo e o passado. Considerando-se um escritor interessado em auxiliar a república romana a partir do exercício de uma escrita da história, ele se preocupa em comentar as dificuldades pelas quais passou para a execução de sua *immensa opera*<sup>68</sup>.

Obra a que atribui o termo *labor* e, portanto, a considera um resultado de seu sofrimento, sua pena, seu sacrifício. Idéia que aparece numa espécie de “prefácio” que escreveu no livro XXXI, ao afirmar que os sofrimentos (*laboris*) dos que participaram da guerra púnica foram por ele compartilhados, ao deslocá-los para sua escrita<sup>69</sup>. Em seu prefácio, afirma que o prêmio para seu *labor* seria a possibilidade de se afastar, pelo menos por um tempo, dos males que então afligiam sua época<sup>70</sup>. Porém, mais relevante do que isso no exercício do conhecimento dos fatos, seria a exposição de *exempla* providos de ensinamentos, úteis aos leitores. Ato que faria de Lívio ao mesmo tempo um historiador e um homem público, fronteiras tênues no mundo antigo. Ainda que, distintamente de outros escritores antigos, Lívio não tivesse cargos públicos oficiais, a relação entre o historiador e o

<sup>64</sup> Costuma usar três termos no texto para se referir aos homens de “baixa condição”: *plebs* (plebe), *populus* (povo) e *volgus* (vulgo).

<sup>65</sup> TITO LÍVIO. XXII. 35. p. 52. v. III.

<sup>66</sup> TITO LÍVIO. XXII. 38. p. 55-56. v. III.

<sup>67</sup> Cargos públicos.

<sup>68</sup> Imensa obra.

<sup>69</sup> TITO LÍVIO. XXXI. 1. p. 197. v. IV.

<sup>70</sup> TITO LÍVIO, prefácio. p. 17.

homem público torna-se visível, sobretudo quando se observa sua preocupação em construir uma imagem do *princeps* Augusto associada à “restauração” moral, política e física de Roma.

Há indícios, além dos que se vislumbram em toda a *Ab urbe condita*, de que Lívio mantinha com Augusto relações de *amicitia*<sup>71</sup>, termo que neste caso pode estar associado à idéia de “clientela”<sup>72</sup>. Dessa forma, consideramos Lívio uma espécie de “cliente” do “patrono” Augusto; relação que não implica em um financiamento da obra pelo segundo. Indica, acima de tudo, um tipo de elo político, construído, de um lado, pela defesa do projeto augustano por Lívio e, de outro, pelo fomento aos costumes tradicionais pelo *princeps* que, assim, agia conforme as intenções moralistas/ tradicionalistas do historiador.

Essas hipóteses se respaldam nas referências explícitas e implícitas a Augusto na *Ab urbe condita*. Lívio o elogia a partir de referências ora à “paz” que afirma marcar a Roma de seu tempo, ora a ações de outros políticos que se destacaram no passado e que recebem na obra feições que os aproximam de Augusto. Vejamos apologias explícitas à “paz” que aos olhos de Lívio marcava o principado de Augusto: “(...) no reinado de César Augusto, após a batalha de Ácio, quando os deuses permitiram que a nossa geração pudesse ver restabelecida a paz na terra e no mar”<sup>73</sup>; “Ouvi pessoalmente César Augusto, que construiu e restaurou todos os nossos templos (...)”<sup>74</sup>; “(...) que perdure o amor por essa paz na qual vivemos e a preocupação em manter a concórdia entre os cidadãos”<sup>75</sup>.

Tito Lívio escreveu a *Ab urbe condita* num contexto de vastas produções no campo da poesia<sup>76</sup>, cujos escritores se aproximavam dele em dois pontos principais: vivenciaram uma Roma marcada por tensões políticas e práticas “viciosas”, no momento da transição da República para o Principado; representaram uma Roma associada aos valores da tradição. Dessa forma, construíram discursos guiados por suas intencionalidades, vinculadas ao projeto de quem se queria responsável por reestruturar a *urbs*: o *princeps* Augusto.

A poesia, com sua “linguagem divina”, era considerada o gênero por excelência que poderia celebrar os feitos e o programa político do “divo” Augusto<sup>77</sup>. À diferença dos últimos anos da República, em que prosa e poesia se equilibravam, com as produções de Júlio César, Salústio, Cícero, Lucrécio e Catulo, por exemplo, o período do principado augustano

<sup>71</sup> TÁCITO *Anais*. Trad.: J. L. Freire de Carvalho. Rio de Janeiro/São Paulo/Porto Alegre/Recife: W. M. Jackson Inc. Editores. 1965. p. 174.

<sup>72</sup> Veyne associa as nomeações no campo da política via recomendação como *amicitiae*, atribuindo a essa a tradução de “clientela”. Cf.: VEYNE, Paul. Op., cit., p. 106.

<sup>73</sup> TITO LÍVIO. I. 19, p. 45, v. I.

<sup>74</sup> TITO LÍVIO. IV. 20, p. 325, v. I.

<sup>75</sup> TITO LÍVIO, VIII. 19, p. 234, v. II.

<sup>76</sup> Ovídio, Horácio, Virgílio. As referências de suas obras encontram-se na bibliografia deste trabalho.

<sup>77</sup> GRIMAL, Pierre. Op., cit., 1997, p. 79.

caracterizou-se por uma maior presença da poesia<sup>78</sup>. Pierre Grimal<sup>79</sup> associa essa mudança à instauração de um novo regime político. Período em que os discursos oratórios perderam o espaço que tiveram no seio da política durante a República.

O gênero da história, por sua parte, poderia contribuir para os intentos políticos de Augusto a partir de um exercício pelo qual mostraria como as tradições romanas foram se desgastando e como era possível e preciso “restaurá-las”<sup>80</sup>. Lívio assume esse papel, retomando um modelo antigo de história, produzido pelos analistas, que narravam os feitos do povo romano, a cada ano, desde suas origens. Distingue-se, pois, de seus contemporâneos, cujas produções tratavam de acontecimentos particulares<sup>81</sup>. [colocar no artigo p/ o dossiê História e literatura. Perceber fios de ligação dos argumentos dos poetas e os de Lívio no q toca à justificativa do poder de Augusto: 1) temas semelhantes (lendas); 2) usos por Lívio de elementos poéticos, como as *fabula* a que ele confere tratamentos historiográficos]

De um lado, Lívio representa uma Roma desarmônica, com narrativas sobre disputas entre seus concidadãos e sobre práticas viciosas e, de outro, uma Roma em que a harmonia, a simplicidade e a concórdia constituíam os elementos que orientavam as ações humanas. Se a primeira se associa a Roma que Lívio visualiza em seu tempo, marcado por intensas disputas de poder, a última trata-se de uma Roma por ele idealizada para aquele; uma Roma em que a paz e a concórdia deveriam dá o tom à sociedade<sup>82</sup>.

Neste último caso, percebe-se uma representação da sociedade romana muito mais como resultado dos anseios de Lívio que, dessa forma, tentava também modificar as práticas dos romanos de seu tempo. O tempo em que os prazeres e os vícios, para ele, arruinavam Roma já estava sendo finalizado pelas ações de Augusto, pois que se Lívio interroga-se em seu prefácio sobre como “(...) o relaxamento dos costumes e como sua decadência cada vez mais acentuada levou-os à queda brusca de nossos dias, quando a corrupção tanto quanto seus remédios nos parecem insuportáveis”<sup>83</sup>, por vezes, no *corpus* da obra, como já colocamos, exalta a “paz” que considerava caracterizar seu tempo. Apesar das guerras civis que marcaram o período dos chamados primeiro e segundo triunvirato<sup>84</sup>, anteriores à ascensão do *princeps*, durante seu principado, Roma, aos olhos de Lívio, já dava claros sinais de “restauração”.

<sup>78</sup> Idem. *ibidem*. p. 76.

<sup>79</sup> Idem. *ibidem*.

<sup>80</sup> Idem. *ibidem*. p. 77.

<sup>81</sup> Idem. *ibidem*. p. 78.

<sup>82</sup> TITO LÍVIO. VIII, 19, p. 234. v. II.

<sup>83</sup> TITO LÍVIO. prefácio. p. 18.

<sup>84</sup> GRIMAL. Pierre. Op., cit., 1993, p. 50.

Todavia, segundo Grimal, conforme já comentamos, o “século de Augusto”<sup>85</sup> foi marcado por redefinições de valores e práticas, pelas quais os jovens resistiam à moral tradicional. Paul Veyne coloca como já entre os sécs. I a.C. e I d. C., as ações políticas na sociedade romana eram caracterizadas pela corrupção, pois que os indivíduos agiam em função, sobretudo de suas intenções privadas, para alcançar o poder público<sup>86</sup>.

Tem-se, portanto, no contexto augustano, disputas entre práticas e representações: de um lado, há um conjunto de textos que pretende moldar a realidade, o que não significa que consegue, e, de outro, uma série de práticas que vai de encontro ao que tais textos preconizavam. Assim, vemos uma relação entre autor (Lívio) e leitor (aristocratas romanos) caracterizada, de um lado, pela tentativa do primeiro em fomentar na sociedade aristocrata de sua época a retomada de práticas virtuosas de outrora e, de outro, uma recepção do leitor que promove desvios quando das apropriações dos textos que, podem, por outro lado, nem ao menos terem sido lidos. De toda forma, temos em mãos um conjunto de representações que constroem uma versão sobre o real ou do que queriam que esse fosse<sup>87</sup>.

Para conferir embasamento a sua obra, Tito Lívio encontrou um argumento considerável: Roma possuía um destino (*fatum*)<sup>88</sup>, palavra ligada ao verbo falar (*falare*), que indica a própria “fala dos deuses”<sup>89</sup>. Trata-se de um fim já estabelecido pelas divindades, mas que dependia das ações humanas para ser efetivado. Daí a tese que perpassa sua obra: Roma possuía um destino como “maior *imperium*”<sup>90</sup> do mundo” para a execução e/ou manutenção do qual necessitava do exercício das práticas e costumes da tradição. A Augusto, “consagrado pelos augures”<sup>91</sup>, cabia o cumprimento desse destino, que se confundia com o seu. O nome *augustus* deriva de *augur* que significa “presságio favorável” ou ainda, “aquele que dá os presságios assegurando a elevação de uma empresa”<sup>92</sup>. Daí a escolha desse nome que o tornava um ser “escolhido pelos deuses”.

Consideramos que Lívio usa de forma estratégica a crença no destino, colocando-se como um indivíduo que nele crê a fim de dificultar a percepção por seus leitores de suas

<sup>85</sup> GRIMAL, Pierre. Op. cit., 1997.

<sup>86</sup> VEYNE, Paul. Op. cit., p. 103-121.

<sup>87</sup> Idéias construídas a partir de: CHARTIER, Roger. Op. cit., p. 123.

<sup>88</sup> “Mas o destino (*fatis*) exigia, creio eu a fundação desta grande cidade e a criação do maior império do mundo abaixo do poder dos deuses”. In: TITO LÍVIO, I. 4, p. 25, v. 1.

<sup>89</sup> ERNOUT, A. MEILLET, A. Op. cit., p. 360.

<sup>90</sup> Poder soberano, supremo poder, comando militar. Daí a associação do termo a um Estado Imperial. Cf.: FARIAS, Ernesto. Op. cit., p. 265.

<sup>91</sup> ERNOUT, A. MEILLET, A. Op. cit., p. 84.

<sup>92</sup> Idem, *ibidem*, p. 84.

intenções políticas, vinculadas ao *princeps*. Age, portanto, como um mediador entre Augusto e os cidadãos romanos, utilizando como instrumento sua *memoria rerum gestarum*<sup>93</sup>.

A obra de Lívio contempla um período de mais de setecentos anos: da chegada de Enéas ao Lácio até a morte de Druso em 9 a.C., filho do que viria a ser o segundo *princeps* romano, Tibério. Para alguns, Lívio iniciou a escrevê-la aproximadamente entre 29 e 27 a.C., dedicando mais de quarenta anos para a realização de um trabalho<sup>94</sup> que tinha Roma como tema central.

O material que nos restou da *Ab urbe condita*, pode ser subdividido em duas partes principais: do livro I ao X, Lívio articula sua escrita a partir do uso da tradição oral e da escrita (historiadores predecessores); no livro I, dá conta do período da Realeza (753-509 a.C.), narrando a fundação de Roma e como a mesma foi sendo edificada física e moralmente a partir da criação de suas instituições e das guerras com povos vizinhos; a partir do livro II, aparece uma Roma republicana, já marcada por graves disputas internas entre patrícios e plebeus, que chegavam a superar as guerras externas contra povos, como os volscos, gauleses e samnitas; finaliza essa primeira década, com uma narrativa da vitória dos romanos sobre os samnitas em 293 a.C. Do livro XXI ao XLV, Lívio enfoca, de um lado, as guerras (segunda guerra púnica e guerras macedônicas) que levavam Roma cada vez mais ao seu lugar como “senhora do mundo” e, de outro, as experiências na cidade, ora virtuosas, ora viciosas.

Em toda a obra, Lívio intercala acontecimentos internos e externos, narrando, pois, desde as guerras até as práticas sociais dos romanos em seu cotidiano. Observamos que na “primeira parte”, as questões do cotidiano são mais presentes, talvez pelo próprio uso que o historiador promoveu de tradições orais, que aparecem com mais frequência na primeira década. Nessa, da tradição dos analistas, sobressaem-se Licínio Mácer, Valério Ântias e Elio Tuberão<sup>95</sup>. Na “segunda parte”, se sobressai o uso de Políbio como fonte básica, bem como, de alguns analistas, como Célio Antípatro, Cláudio Quadrigário e Valério Ântias<sup>96</sup>.

Além do prefácio que introduz a obra, Lívio apresenta outros três, a partir dos quais observamos um plano de escrita baseada em pântades ou em décadas. No livro VI, resume o que escreveu nos cinco anteriores, dando a impressão que planejou sua obra em pântades:

Em cinco livros expus os feitos realizados pelo povo romano desde a fundação de Roma até sua conquista, história [*res*] que abrange primeiro o domínio dos reis e, em seguida, o

<sup>93</sup> Memória (escrita) dos feitos acontecidos. No caso de Lívio, trata-se da memória das ações do povo Romano.

<sup>94</sup> ALBERTO, Paulo F. Op., cit., 1993, p. 10.

<sup>95</sup> Idem, ibidem, p. 13.

<sup>96</sup> Idem, ibidem, p. 14.

dos cônsules, dos ditadores, dos decênviros e dos tribunos consulares. Relatei as guerras no exterior e as discórdias civis<sup>97</sup>

Em seguida, comenta sobre a dificuldade de narrar sobre coisas em demasiado antigas, dada a raridade de materiais; por fim, afirma que passará a relatar os feitos da cidade após sua “refundação”, levada a efeito por Marco Fúrio Camilo, diante de seu incêndio pelos gauleses<sup>98</sup>. No livro XXI, há um outro prefácio em que Lívio introduz o leitor numa parte de sua obra em que narrará a chamada segunda guerra púnica. Faz um comentário que se aproxima do que escreveu Tucídides<sup>99</sup> em seu prólogo:

Ao encetar esta parte de minha obra, seja-me permitido dizer o que a grande maioria dos historiadores coloca ao começar suas obras: que passo a narrar a mais memorável de todas as guerras jamais acontecidas, a que, sob o comando de Aníbal, os cartagineses moveram ao povo romano<sup>100</sup>.

No início do livro XXXI, comenta sobre seu alívio em concluir a narrativa das guerras púnicas, deixando indícios que planejou sua obra também em décadas:

Também eu me alegro – como se estivesse partilhado pessoalmente seus sofrimentos e perigos – por ter chegado ao fim da guerra púnica. Com efeito, após ousar escrever toda a história [res] de Roma, seria mais que inconveniente para mim demonstrar cansaço a cada etapa de uma obra tão longa<sup>101</sup>.

A obra de Lívio teve como material de escrita o *volumen* e não o *codex* que substituiu o rolo apenas no séc. II d.C.<sup>102</sup>: “Tenho ainda o que contar das guerras samnitas, cuja narrativa, ininterruptamente continuada, já nos levou a meu quarto volumen<sup>103</sup> (...)”<sup>104</sup>.

Nesse contexto, entendemos que a obra selecionada para nossa investigação possui especificidades próprias ao seu tempo. Ao ser por nós manipulada, no entanto, ela viveu, junto conosco, uma espécie de “ritual de renovação”, com o qual experimentamos novos ares,

<sup>97</sup> TITO LÍVIO, VI, I, p. 09, v. II.

<sup>98</sup> TITO LÍVIO, VI, I, p. 09, v. II.

<sup>99</sup> “O ateniense Tucídides escreveu a história da guerra entre os peloponésios e os atenienses, começando desde os primeiros sinais, na expectativa de que ela seria grande e mais importante que todas as anteriores, pois via que ambas as partes estavam preparadas em todos os sentidos”. Cf.: TUCÍDIDES. *História da guerra do Peloponeso*. Trad. Mário da Gama Kury. Brasília: Ed. UnB, 1986, p. 19.

<sup>100</sup> TITO LÍVIO, XXI, I, p. 365, v. II.

<sup>101</sup> TITO LÍVIO, XXXI, I, p. 197, v. IV.

<sup>102</sup> CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger (orgs.). *História da Leitura no Mundo Ocidental*. São Paulo: Ática, 2002, V. I, p. 17-18.

<sup>103</sup> Rolo de papiro usado para se escrever obras. Sobre a passagem do *volumen* ao *codex*. Cf.: CAVALLO, Guglielmo. *Entre o volumen e o codex: a leitura no mundo romano*. In: idem. *ibidem*, p. 71-102.

<sup>104</sup> TITO LÍVIO, X, 31, p. 328, v. II.

descobrimos, a cada página (re)lida, sensações diferentes. Experiência de leitura da *Ab urbe condita* de Tito Lívio.

Nossa análise se fundamenta, por fim, num tipo de interesse que se pretende estudar: *como* e com quais intenções as representações livianas foram construídas; quais as marcas que peculiarizam a obra de Lívio como historiográfica; como esse concebe a idéia de história e como se relaciona com outros escritores; como, enfim, dialoga com a sociedade da qual era partícipe

São algumas das questões que nos guiaram durante a produção deste trabalho, que sistematizamos a partir de duas preocupações principais. Num primeiro momento, discutimos como o gênero historiográfico foi sendo construído enquanto um discurso peculiar, que mantém aproximações com os outros gêneros (poesia e retórica), mas que deles se distingue por possuir marcas que lhe são próprias. A partir disso, passamos a analisar os elementos da obra de Lívio que nos permitem pensá-lo como historiador, a exemplo de sua preocupação em construir um discurso verossímil, mediante usos ativos das fontes com as quais dialogou. Portanto, a monografia procurou articular a produção historiográfica antiga com a obra de um historiador específico.

Optamos por não estabelecer separações no *corpus* do texto entre uma parte “teórica” e outra “empírica”. A cada capítulo, fazemos referência aos conceitos de teóricos que no momento consideramos interessante para a discussão em foco. Além disso, construímos um texto constituído por ensaios independentes, ainda que todos se encaixem num só eixo e objetivo de discussão.

# CAPÍTULO I

## HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA ANTIGAS: A CONSTRUÇÃO DE UM GÊNERO DISCURSIVO

Xenofonte (séc. V-IV a.C.) escreveu história ao narrar a vida do rei persa Ciro quase sem referências a evidências? A *Ciropedia* (A educação de Ciro) não teria sido apenas um texto literário ou biográfico, cujo autor teria tomado um personagem “real” como tema a ser narrado? Xenofonte se propõe a entender como Ciro conseguiu, com sua arte de governar, colocar sob seu domínio uma variedade de povos distantes de seu reino persa, deixando uma lição aos seus leitores de que tal tarefa era possível. Produz uma narrativa em que procura demonstrar elementos que justificariam as conquistas do rei persa: sua origem, sua educação, seu caráter, suas batalhas e outros acontecimentos de sua vida. Uma das poucas marcas explícitas que contribui para associarmos sua obra ao gênero historiográfico se resume a um rápido comentário que incorpora ao prefácio: “*Narraremos o que dele ouvimos, e o que podemos alcançar por investigação própria*”<sup>1</sup>.

Comentário que, aliado aos objetivos de Xenofonte, nos permite vincular sua obra ao gênero da história, visto denunciar que narrará feitos acontecidos a partir do que “ouviu” e do que investigou por conta própria. Provavelmente, o trabalho do historiador grego não receberia credibilidade se se tratasse de um texto moderno ou contemporâneo, pois que as exigências do nosso tempo são outras. Contudo, em se tratando do mundo antigo, expor no texto que pretendia dizer o que aconteceu parecia suficiente ao historiador para convencer o leitor da credibilidade de sua obra<sup>2</sup>.

Nesse sentido, como o gênero discursivo da História foi sendo construído a partir das relações dos historiadores entre si e de seus diálogos com outros gêneros, sobretudo com a poesia? Como os historiadores se apropriaram da poesia e do discurso retórico? Quais as marcas que caracterizavam suas obras? Como concebem as noções de verdade e verossimilhança? São essas as principais questões que nos guiam neste artigo.

Voltemos até um século antes de Xenofonte para dialogarmos com um escritor que já se preocupou em narrar o verdadeiro: Hecateu de Mileto, que no séc. VI a.C. se propôs a escrever a tradição a partir de uma crítica dos relatos (*lógoi*) de seus contemporâneos: “*Assim fala (mytheítai) Hecateu de Mileto: escrevo isso como me parece ser verdadeiro (dokei alethéa); pois os relatos (lógoi) dos gregos são, como me parecem, muitos e ridículos*”<sup>3</sup>. Hecateu atribui a si um lugar

---

<sup>1</sup> Idem, *ibidem*, p. 7.

<sup>2</sup> Idéia corroborada por: VEYNE, Paul. *Acreditaram os gregos em seus mitos?* Trad.: Antonio Gonçalves. Lisboa: Edições 70, s/d. p. 40.

<sup>3</sup> MILETO, Hecateu de. *Fragmento 1, Jacoby*. Apud HARTOG, François. *A história de Homero a Santo Agostinho*. Trad.: Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: UFMG, 2001. p. 41. A partir dessa coletânea de Hartog, em que reúne

distintivo ao se colocar como um escritor que narrará o verdadeiro com a sistematização dos relatos que, por serem muitos, não se ligavam a esse conceito.

Heródoto, embora o utilize, dele se distancia, por considerá-lo apenas um contador de relatos (*logopoiós*)<sup>4</sup> e, por hipótese, um escritor que não teria realizado a investigação (*historie*)<sup>5</sup>. Semelhante aos poetas, Heródoto procurou preservar do esquecimento os feitos que se passaram. Porém, não foram as Musas, as nove divindades filhas de Zeus e Mnémósine, personificação da memória, quem lhe informaram o que dizer; ele próprio, Heródoto de Halicarnassos, foi quem promoveu suas investigações cujos resultados foram transformados em escrita. Promove todo um jogo comparativo entre as informações orais de diversos povos a que teve acesso, demonstrando uma preocupação em dizer a verdade<sup>6</sup>, embora a considerasse inalcançável por conta da existência de uma vasta quantidade de opiniões sobre os atos humanos

Heródoto se preocupa em esclarecer que as versões das testemunhas dos feitos sobre os quais história, precisam da confirmação de seu “olho” para serem consideradas mais verossímeis. De um lado, se preocupa apenas em expor o que colheu de suas testemunhas: “*Quanto a mim, meu objetivo ao longo de toda a obra é registrar tudo que me foi dito tal como ouvi de cada informante*”<sup>7</sup>. De outro, desconfia do que ouve: “*em verdade, minha obrigação é expor o que se diz, mas não sou obrigado a acreditar em tudo (essa expressão deve aplicar-se a toda a minha obra)*”<sup>8</sup>. Comentários que evidenciam sua intenção em construir uma memória dos feitos humanos respaldada numa prática investigativa que lhe poderia conferir um estatuto de verdade.

Heródoto afasta de seu texto as Musas, até então vistas como únicas detentoras de um saber transmitido aos poetas para que a fama (*kléos*) dos heróis pudesse ser imortalizada. Os versos de Homero são condicionados pelo que lhes diziam as Musas e, por isso, apenas esses seres divinos, que tudo presenciavam e que tudo sabiam, poderiam lembrar o que se passou em Tróia:

A multidão eu próprio não diria nem nomearia  
 Nem se dez línguas e dez bocas eu tivesse,  
 Voz infrangível e brônco peito em mim houvesse,  
 Se as Olímpíades Musas, de Zeus que tem a égide  
 Filhas, não lembrassem quantos a Tróia foram.  
 Os chefes assim das naus direi e as naus todas<sup>9</sup>.

---

excertos (bilíngues) de vários historiadores e outros escritores antigos, por ele também comentados, pudemos acessar alguns materiais que contribuíram para a execução de nossa pesquisa.

<sup>4</sup> HARTOG, François. Op., cit., p. 41.

<sup>5</sup> Todos os termos em grego deste artigo foram retirados dos textos bilíngues de escritores antigos estabelecidos por Hartog. Cf.: Idem, ibidem. Para todas as traduções do grego, consultamos o vocabulário inserido no livro: MURACHCO, Henrique. *Língua Grega: visão semântica, lógica, orgânica e funcional*. São Paulo/Petrópolis: Vozes, 2003 (v. II). Assim, optamos por não mais fazermos referência ao mesmo, a cada uso de um termo em grego.

<sup>6</sup> MORELO, Sonila. *A relativização da verdade em Heródoto*. Belo Horizonte: UFMG, 2001 (dissertação de mestrado), p. 17.

<sup>7</sup> Idem, ibidem, p. 128.

<sup>8</sup> Idem, ibidem, p. 382.

<sup>9</sup> HOMERO. *Iliada*. Apud HARTOG, François. Op., cit., p. 23.

Filhas da memória (*mnemosyne*), as Musas inspiram o aedo Homero a cantar a guerra de Tróia com uma visão dos dois lados nela envolvidos, como se fosse Zeus<sup>10</sup>. O lugar divino confere às Musas uma condição privilegiada que lhes permite dizer o que desejam. Assim, é que se colocam ao dirigir palavras a Hesíodo, um “servo das Musas” que como um aedo cantava a “fama dos primeiros homens”<sup>11</sup>. As mentiras (*pseúdea*) e as verdades (*alethéa*)<sup>12</sup> eram acessíveis apenas aos deuses que, desse modo, poderiam controlar o que queriam que fosse imortalizado, tornando os poetas seus servos.

Dessa servidão, o historiador procurou se desprender ao dessacralizar a verdade e torná-la possível de ser alcançada através do exercício da investigação. Dai que a dificuldade de Heródoto em alcançar a verdade não mais tinha a ver com a crença de que ela só seria permitida aos deuses, mas com a existência de uma vasta quantidade de opiniões que ele não podia simplesmente rejeitar em prol de uma apenas. Heródoto, como historiador, possui sensibilidade para o que é humano, histórico, mutável, inaugurando um tipo de compreensão que passará a fazer parte da tópica histórica: “(...) pois muitas cidades outrora grandes agora são pequenas, e as grandes no meu tempo eram outrora pequenas. Sabendo portanto que a prosperidade humana jamais é estável, farei menção a ambas igualmente”<sup>13</sup>

Tópica que tem como marco o exercício de investigação (*historie*) que advém de *histor*, cuja raiz etimológica remete a “ver” e a “saber”<sup>14</sup>. Para si, Heródoto confere o estatuto de quem sabe por que “viu” e não por ter sido inspirado pelas Musas. Assina seu nome no prólogo das *Histórias*, tomando para si um lugar de saber que passará a ser construído a partir do “método” da investigação. “Dai em diante, para ‘ver’ é preciso arriscar-se (ir ver) e aprender a ver (recolher testemunhos, reunir as diferentes versões, relatá-las, classificá-las em função do que se sabe por outras fontes e também em função do grau de verossimilhança)”<sup>15</sup>. A partir daí, observa-se no discurso que passará a prevalecer entre os historiadores um esforço por se distanciar do estatuto da produção dos poetas. Esforço que pretendia demarcar um território próprio, autônomo, peculiar: o território do historiador.

Tucídides<sup>16</sup> escreveu sobre a guerra entre atenienses e espartanos ocorrida nas últimas três décadas do séc. V a.C., “(...) na expectativa de que ela seria grande e mais importante que todas as anteriores (...)”, pois de acordo com as evidências (*tekmerion*) dos feitos anteriores a ela e, sobretudo dos mais antigos, considera que esses “(...) não foram realmente grandes, seja quanto às

<sup>10</sup> HARTOG. François. Op., cit., p. 34.

<sup>11</sup> Idem, ibidem, p. 25.

<sup>12</sup> Palavra que está ligada a um exercício que desvela algo que estava encoberto, revelando-o, descobrindo-o, etc

<sup>13</sup> Idem, ibidem, p. 20.

<sup>14</sup> HARTOG. François. Op., cit., p. 51.

<sup>15</sup> Idem, ibidem, p. 51.

<sup>16</sup> TUCÍDIDES. *História da guerra do Peloponeso*. Trad.: Mário da Gama Kury. Brasília: Ed. UnB, 1986.

*guerras mesmas, seja quanto a outros aspectos*”<sup>17</sup>. Homero, “a melhor evidência disto” (*tekmerioi dè málista*)<sup>18</sup>, contribuiu para o historiador justificar a fraqueza da Hélade dos tempos antigos com o argumento de que esse aspecto resultava da ausência de seu caráter uno antes da guerra de Tróia.

Ao longo dos primeiros capítulos do livro I, geralmente chamados de “arqueologia”, em que retroage a um passado mais distante da Hélade a partir de evidências (*tekmerion*) dos poetas e de poucos sinais “arqueológicos” (*semeion*), Tucídides procura demonstrar que os fatos (*ergois*) que escolheu para narrar são os maiores. Superam, por exemplo, a expedição contra Tróia que, no máximo, pode ser considerada maior que as anteriores, “(...) apesar de menor que as do presente, se aqui novamente se pode dar crédito (*eikós*) à poesia de Homero”<sup>19</sup>. De toda forma, mesmo com os adornos de Homero que, para Tucídides, quis tornar os fatos mais grandiosos, a guerra de Tróia ainda foi inferior à que se dispôs a narrar. Com base em seu conhecimento militar e, sobretudo em sinais “arqueológicos” (*semeion*), Tucídides aponta dados inverossímeis da obra do poeta, a exemplo da informação de que havia um grande número de tripulantes nas naus. Para ele, essas não suportavam mais passageiros que os reis e outras autoridades importantes, em razão da ausência de convés, característica de naus construídas à maneira antiga<sup>20</sup>.

Nesse sentido, Tucídides considera que os feitos da guerra de Tróia foram mais notáveis que os anteriores, contudo, “(...) foi, como os fatos demonstram, inferior à sua fama e à repercussão que até hoje, graças à influência dos poetas, tem continuidade”<sup>21</sup>. Para ele, os relatos (*logoi*) dos poetas engrandecem os fatos para que seus participantes conquistem uma fama imortal. Após promover uma descrição sobre os fatos antigos da Hélade a partir de evidências (*tekmerion*), afirma ser “(...) difícil dar crédito a todos os testemunhos nesta matéria”, pois “os homens, na verdade, aceitam uns dos outros relatos de segunda mão dos eventos passados, negligenciando pô-los à prova, ainda que tais eventos se relacionem com sua própria terra”<sup>22</sup>. Mesmo sobre algumas coisas que ainda permanecem em seu presente, Tucídides coloca que os gregos não constroem idéia correta: “A tal ponto chega a aversão de certos homens pela pesquisa meticulosa da verdade (*aletheias*), e tão grande é a predisposição para se valer para o que está ao alcance da mão!”<sup>23</sup>.

Tucídides esclarece a distinção entre a tarefa dos poetas e a sua como historiador, afirmando que, se a partir de uma dupla evidência (*tekmerion* e *semeion*), construiu uma descrição dos fatos da antiguidade anteriores à guerra do peloponeso muito próxima de como eles aconteceram, os cantos dos poetas, constituídos por adornos e amplificações, bem como, o exercício dos logógrafos, cujas

<sup>17</sup> TUCÍDIDES. Op. cit. p. 19.

<sup>18</sup> Idem. ibidem. p. 20.

<sup>19</sup> Idem. ibidem. p. 23.

<sup>20</sup> Idem. ibidem. p. 23.

<sup>21</sup> Idem. ibidem. p. 24.

<sup>22</sup> Idem. ibidem. p. 27.

<sup>23</sup> TUCÍDIDES. Op. cit., p. 27.

obras teriam se preocupado, sobretudo em agradar aos ouvidos do público, não possuíam credibilidade. Pois, as coisas que narraram “(...) não podem ser verificadas, e eles em sua maioria se enveredaram, com o passar do tempo, para a região da fábula (mythôdes) (...)”<sup>24</sup>. Tucídides observa que a investigação do caráter verdadeiro dos fatos através de evidências (*tekmerion*) e de vestígios arqueológicos (*semeion*) constitui a diferença essencial da história em relação à poesia. Parte dessas evidências foi encontrada por Tucídides nas próprias obras dos poetas que, para ele, contribuíram, ao menos, para o estudo das coisas antigas.

Por outro lado, ao se dar conta das dificuldades em narrar com precisão os discursos que ouviu e/ou aqueles que lhes foram ditos por “informantes”, visto não recordá-los, Tucídides afirma que os reproduzirá com as palavras que, segundo ele, os oradores deveriam ter usado considerando-se a circunstância e a necessidade da época. Acrescenta ainda que aderiu “(...) tão estritamente quanto possível ao sentido geral do que havia sido dito”<sup>25</sup>.

Os indícios foram necessários, sobretudo para a fabricação de uma narrativa verossímil das coisas antigas. Porém, para os eventos presentes que escolheu narrar, Tucídides tomou sua própria visão como fonte que poderia levá-lo à verdade (*alethéia*). No máximo, recorreu ainda a terceiros a fim de narrar os fatos após “(...) investigar cada detalhe com o maior rigor possível, seja no caso de eventos dos quais eu mesmo participei, seja naqueles a respeito dos quais obtive informações de terceiros”. Com esse duplo exercício, os feitos iam sendo desvelados, “(...) pois as testemunhas oculares de vários eventos nem sempre faziam os mesmos relatos a respeito das mesmas coisas, mas variavam de acordo com suas simpatias por um lado ou pelo outro, de acordo com sua memória”<sup>26</sup>.

As palavras *tekmerion* (evidências), *semeion* (sinais) e *eikós* (verossímil)<sup>27</sup> perpassam os primeiros capítulos da obra de Tucídides. No restante da narrativa, todavia, se coloca como um historiador interessado com a *alethéia* (verdade), possível de ser descoberta, sobretudo a partir do que “viu” e, em menor escala, do que “ouviu”.

Suposta contradição na obra de Tucídides que foi contestada por Jacqueline Romilly<sup>28</sup>, para quem toda a *História da guerra do peloponeso* resultou da construção subjetiva, da interpretação e da criação de seu escritor que, com base em sua inteligência e razão, “(...) realizou o paradoxo de servir-se da objetividade mais rigorosa para a elaboração mais pessoal”<sup>29</sup>. Desde os relatos que compõem a “arqueologia”, passando pelos discursos “criados”, até os fatos “reproduzidos”, Romilly

<sup>24</sup> Idem. *ibidem*. p. 28.

<sup>25</sup> Idem. *ibidem*. p. 28.

<sup>26</sup> Idem. *ibidem*. p. 28.

<sup>27</sup> Ginzburg faz uma discussão sobre o diálogo de Tucídides com esses conceitos, colocando que sua intenção, ao usá-los, era provar os feitos de um tempo remoto sobre o qual narra. Cf.: GINZBURG, Carlo. *Sobre Aristóteles e a história, mais uma vez*. In: *Relações de Força*. Trad.: Jônatas Batista Neto. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

<sup>28</sup> ROMILLY, Jacqueline. *História e razão em Tucídides*. Trad.: Tomás Rosa Bucno. Brasília: UnB, 1998.

<sup>29</sup> Idem. *ibidem*. p. 15.

observa usos de “procedimentos de relato” na obra de Tucídides, pois não estabelece uma separação entre as duas primeiras partes, que seriam apenas prováveis, e o restante da narrativa, que seria mais verdadeira.

De toda forma, por ter vivido a guerra inicialmente como general e, por fim, na condição de exilado de Atenas, Tucídides se considera mais apto a narrá-la verdadeiramente: “*Vivi a guerra inteira, tendo uma idade que me permitia formar meu próprio juízo, e segui-a atentamente, de modo a obter informações precisas*”<sup>30</sup>. Coloca-se como o único historiador capaz de torná-la um acontecimento verdadeiro e útil à posteridade, haja vista ter sido sujeito testemunhal dos fatos ali ocorridos.

Dá a impressão de que Tucídides faz uma crítica a Heródoto ao insinuar que, diferentemente do “pai da história”, que teria visado apenas a agradar aos ouvidos do público e escrito uma obra apenas para a competição de um prêmio<sup>31</sup>, fabricou sua história para torná-la uma aquisição para sempre. Por outro lado, seu tratamento em relação aos discursos foi censurado por Políbio no séc. II a.C., pois para esse o historiador não se “(...) *deve atribuir aos personagens palavras que poderiam ter sido ditas (...)*”<sup>32</sup>.

Cada historiador, então, procura de algum modo inovar o estatuto de sua obra em relação à de seus predecessores, na pretensão de lhe conferir uma maior autoridade. Na tradição grega, quanto mais o historiador se colocava como um investigador voraz, que vai ao encontro dos acontecimentos ou de informações a seu respeito, mais possuía credibilidade em relação aos seus próprios pares que viriam a acessá-los no futuro. Nesse sentido, Políbio adota uma postura já presente em Heródoto, mais valorizada por Tucídides e por ele reforçada: a investigação através dos “olhos”, pois entre a audição e a visão considera essa mais verdadeira (*alethinotéras*)<sup>33</sup>. Crítica Timeu por considerar que escolheu o caminho mais fácil, porém o pior, para suas investigações: o uso do instrumento da audição. Além de tudo, por essa ser dividida em duas espécies (a audição de “informantes” e o acesso a obras), coloca que Timeu adotou apenas o exercício de consulta a obras de memorialistas, ainda mais fácil que uma investigação baseada no diálogo com testemunhas dos eventos. Isso porque:

As pesquisas em livros podem ser feitas sem perigos ou dificuldades, e dependem apenas do acesso a uma cidade onde haja abundância de documentação ou uma biblioteca disponível. Depois disso resta ao pesquisador apenas realizar tranquilamente a sua tarefa, cotejando os relatos de escritores diferentes sem enfrentar qualquer problema<sup>34</sup>.

<sup>30</sup> TUCÍDIDES. Op. cit., p. 255.

<sup>31</sup> Idem, ibidem, p. 28.

<sup>32</sup> POLÍBIOS. *História*. Trad.: Mário da Gama Kury. Brasília: UnB, 1996, p. 123.

<sup>33</sup> Idem, ibidem, p. 417.

<sup>34</sup> Idem, ibidem, p. 417-418.

Idéia de que o modelo de historiador, para Políbio, está longe de ser a figura que apenas circula comodamente por bibliotecas, sem experimentar nenhum sofrimento, mas apenas observando o que já disseram seus predecessores. Para ele o historiador mais admirável é o que presencia os acontecimentos por meio de viagens cansativas. *“A investigação pessoal, ao contrário, requer trabalho árduo e é dispendiosa, mas é extremamente valiosa e constitui a parte mais importante da História [histórias]”*<sup>35</sup>. Ser historiador implica em ser um “homem de ação” que anda, viaja, peregrina, semelhante ao que fez o Ulisses de Homero, “homem de espírito fértil”, que “entrou por cidades de inúmeros povos”; “suportou no mar sofrimentos sem número”; enfrentou “homens na guerra e ondas cruéis”<sup>36</sup>

Políbio finaliza sua descrição sobre o perfil do historiador afirmando que a história irá bem apenas quando esses “homens de ação”, por considerarem-na *“a mais necessária e mais bela das tarefas”*, resolverem se consagrar inteiramente a ela durante toda sua vida. Além disso, *“(…) quando os aspirantes a historiadores considerarem a preparação mediante o envolvimento em atividades reais um pré-requisito indispensável para escrever a História. Enquanto não for assim os erros dos historiadores nunca cessarão”*<sup>37</sup>. A autoridade do historiador na Grécia, portanto, era construída na medida em que promovia um exercício fatigoso de investigação. Idéia que vai ter ressonâncias em Tito Lívio que faz questão em afirmar que a produção de sua “imensa obra”<sup>38</sup> resultou do *labor* nela despendido<sup>39</sup>.

Políbio considera Timeu um ignorante por afirmar que ele se isentou de toda participação militar e política, bem como, das experiências de viagens. Ataca-o com ironia ao dizer que *“(…) tem a fama de encaixar o pomposo cortejo dos historiadores [syngraphéos]”*<sup>40</sup>. Por hipótese, Políbio utiliza o termo *historiographon* (o que escreve as investigações) para se referir ao “verdadeiro” historiador e *syngraphéos* (o que escreve a partir do material que reuniu) para o que se assemelha a Timeu. Esse último, portanto, não se encaixava nos caracteres que Políbio preconizava para seu perfil de historiador.

O *syngraphéos* aparece com uma concepção distinta na descrição que Luciano de Samósata fez no séc. II d.C. do perfil do historiador e de como deveria escrever a história. Tomando Tucídides como modelo, Luciano coloca que, antes de tudo, o historiador (*syngraphéos*) deve ser *“(…) sem medo, incorruptível, livre, amigo da franqueza e da verdade [aletheias]”*<sup>41</sup>. Os fatos podem ser adornados, sob medida, a partir do uso da poesia que, por seu espírito elevado, tornava as

<sup>35</sup> Idem. ibidem. p. 418.

<sup>36</sup> Idem. ibidem. p. 418.

<sup>37</sup> Idem. ibidem. p. 418.

<sup>38</sup> Imensa obra.

<sup>39</sup> TITO LÍVIO, prefácio, p. 18.

<sup>40</sup> Esse comentário sobre Timeu não aparece na tradução de Mário da Gama Kury. Então, usamos: POLÍBIO. *Histórias*. Apud HARTOG. François. Op. cit., p. 125.

<sup>41</sup> Idem. ibidem. p. 225.

batalhas mais grandiosas: “então, será necessário algum sopro poético para inflar as velas com bons ventos e elevar a nau sobre a crista das ondas”<sup>42</sup>. As expressões poéticas só não podem cair na desmedida, no “delírio poético”, pois o historiador não pode permitir que os fatos se aproximem do acaso. É preciso “(...) ao preço de mil penas e sofrimentos, comprová-los e, sobretudo se são atuais, presenciá-los”<sup>43</sup>. O historiador assemelha-se a Zeus por assumir um lugar quase divino que o leva a narrar os fatos com a perspectiva de quem os vê do alto, observando a tudo e a todos, imparcialmente. Deve ter visão do conjunto, abordando tudo de forma sincrônica e evitando desmedidas<sup>44</sup>.

Em síntese, o historiador para Luciano de Samósata devia, inicialmente, dizer o que se passou mediante produção de um memorial e, em seguida, ordená-lo, embelezá-lo, colori-lo e ritmá-lo<sup>45</sup>. Não devia criar os fatos, mas apenas ordená-los, de modo a torná-los o mais claro possível. Nesse exercício é que aflorava sua arte<sup>46</sup>. Por fim, Luciano orienta o seu leitor/historiador para que escreva para o futuro e a esse, peça uma recompensa para seu trabalho, cuja glória não deve ser recebida no presente: “Assim, é preciso que também a história [historian] seja escrita com a verdade [aletheia], visando à esperança futura, mais que com hajulação, visando ao prazer dos presentes elogios. Ai tens o cânnon e o prumo de uma história justa”<sup>47</sup>.

Luciano escreveu esses comentários em um tratado intitulado *Como se deve escrever a história*, publicado em 165, com o qual apresentou uma resposta a um conjunto de histórias que para ele mais se aproximavam do gênero poético do que da história<sup>48</sup>, sobretudo a história produzida por Tucídides. Assim como esse, não abandona por completo o diálogo com a poesia, que deveria ser usada sem descomedimento.

Aristóteles apontou distinções entre os gêneros da poesia e da história, considerando, antes de tudo, que ambas não podem ser demarcadas através da forma (verso ou prosa). Para ele, esses gêneros se diferenciam porque a história conta os feitos particulares que realmente aconteceram, ao passo que a poesia imita o possível (*dynamà*) e esse é do “(...) ponto de vista da verossimilhança ou da necessidade”<sup>49</sup>. A poesia (epopéia, tragédia, comédia, etc.) se distingue entre os gêneros discursivos por seu caráter verossímil (*eikós*) e pela unidade das ações imitadas (*mythoi*), que

<sup>42</sup> Idem. *ibidem*, p. 227.

<sup>43</sup> SAMÓSATA, Luciano de. *Op. cit.*, p. 227.

<sup>44</sup> Idem. *ibidem*, p. 229.

<sup>45</sup> Idem. *ibidem*, p. 229.

<sup>46</sup> Idem. *ibidem*, p. 231.

<sup>47</sup> Idem. *ibidem*, p. 233.

<sup>48</sup> HARTOG, François. *Op. cit.*, p. 223.

<sup>49</sup> Idem. *ibidem*, p. 28.

possuem início, meio e fim. O poeta se caracteriza mais por ser criador de *mythos* a partir da mimetização de ações, do que de versos. pois é poeta pela *mimesis*<sup>50</sup>.

O tragediógrafo, segundo Aristóteles, usa também nomes de pessoas que existiram, pois o que aconteceu sugere uma crença imediata de que foi possível: “*se impossível não teria acontecido*”<sup>51</sup>. Idéia que se assemelha à posição de Tucídides quando comenta sobre a apresentação de discursos em sua obra a partir do que poderia ter sido dito, conforme já comentamos. Por outro lado, o que não aconteceu, para ser possível, dependerá de sua verossimilhança e de sua necessidade. Há, pois, o possível que não aconteceu e é, no entanto, verossímil e o possível que aconteceu, ao qual o historiador se vincula.

Horácio, poeta latino do séc. I a C., considera que “*a pintores e poetas sempre assistiu a justa liberdade de ousar seja o que for*”<sup>52</sup>, todavia aponta limites para essa liberdade, ao admoestar o poeta que não lhe é permitido reunir objetos que, uma vez juntos, não resultassem em unidade. Não seria cabível, por exemplo, estabelecer uma ligação entre uma cabeça humana e um pescoço de cavalo, pois sua combinação não resultaria em um ser uno, o ideal da poesia, segundo Horácio. Poeta que desmerece seus pares que inserem objetos em situações impossíveis de acontecer, criticando aquele que “*(...) recorre ao maravilhoso para dar variedade a matéria una e acaba pintando golfinhos no mato e javalis nas ondas*”<sup>53</sup>.

Ao considerar, ainda, que a poesia não se distancia da realidade, uma vez que narra coisas úteis e agradáveis à vida, Horácio coopera na nossa argumentação de que na antiguidade poesia não estava associada à idéia de ficção, conceito usado contemporaneamente para se designar os textos literários. Dessa forma, ao associarmos história e poesia, não estamos construindo para a segunda um lugar como um discurso ficcional, visto que poesia, ao menos na antiguidade, se associava ao possível, campo ao qual a história também se associava, ainda que o concebesse de forma diferenciada.

Políbio, em provável resposta a Aristóteles, procurou demarcar fronteiras rígidas entre a história e a tragédia, uma das espécies da poesia, colocando que a esta caberia criar experiências que poderiam ter acontecido, mediante o uso de expedientes que provocassem emoções no público. Ao historiador, todavia, cumpriria tão somente “*(...) registrar os fatos e as palavras reais por mais banais que sejam (...)*”<sup>54</sup>. Ao colocar que o tragediógrafo pode/deve fascinar os ouvintes com a verossimilhança dos discursos (*pithanotáton lógon*) e que, ao historiador caberia instruir aquele com uma narrativa verídica dos fatos, Políbio tenta retirar da escrita da história o elo que a ligava à

<sup>50</sup> ARISTÓTELES. Op., cit., p. 29.

<sup>51</sup> Idem, ibidem, p. 29.

<sup>52</sup> HORÁCIO. *Arte poética*. In: ARISTÓTELES et al. Op., cit. p. 55.

<sup>53</sup> Idem, ibidem, p. 55-56.

<sup>54</sup> Idem, ibidem, p. 123.

poesia: a idéia de verossimilhança. Além disso, responde às teorizações de Aristóteles, tentando construir uma superioridade para a história em relação à poesia<sup>55</sup>.

Segundo Hartog<sup>56</sup>, o historiador grego concebe a tragédia enquanto um discurso associado ao verossímil/persuasivo (*pithanón*), termo que se difere do verossímil (*eikós*) aristotélico por se associar ao engano/falso (*pseudos*). O *eikós* se articula à atividade mimética do poeta, criador de mitos (*mythoi*), segundo Aristóteles. Por outro lado, Políbio afirma se pautar num discurso verdadeiro (*alethinón lógon*) voltado para o benefício daqueles que desejam aprender<sup>57</sup>, afirmando se distanciar de uma noção, o verossímil (*pithanón*), que se baseia apenas em crenças e não em fatos (*pragmatos*). Daí a noção de uma história pragmática, cuja condição para ser útil aos leitores, era seu estatuto de verdade.

A *mimesis* aristotélica, conforme Hartog, se constitui de representações de ações, se tratando de um conceito ligado especificamente à poesia. Assim, para Aristóteles, a história não constitui uma imitação (*mimesis*) nem uma criação (*poiesis*). Constitui uma narrativa que diz o que aconteceu (*légein tà genómēna*), ao passo que a poesia cria o que aconteceu (*poieîn tà genómēna*), com base no verossímil. Por outro lado, Hartog coloca que Políbio considera a história como *mythos*, conforme o significado aristotélico, por concebê-la também como uma narração de uma única ação, provida de início, meio e fim, característica que, para Aristóteles, seria específica à poesia. A história, para esse, expõe um único tempo e não uma única ação<sup>58</sup>; daí se constituir de uma narrativa de eventos particulares, localizados num só tempo, ao passo que a poesia daria conta do geral, do universal.

Hartog coloca que Políbio desloca para a história a noção de *mythos*, “(...) *mas ignora tranquilamente a questão da mimesis*”. Logo, “*se a história é um mythos (mesmo verídico), deve logicamente corresponder à mimesis e estar do lado da poiesis*”<sup>59</sup>. Contudo, Hartog diz ainda que isso não quer dizer muita coisa, visto que, para Políbio, o historiador lida com experiências e, a partir do “olho”, narra o verdadeiro. Políbio promove uma separação considerável entre poesia e história, tanto ao afirmar que a história não deve escrever textos agradáveis para emocionar o público, já que se trata de um conhecimento pragmático, como ao considerar que o verossímil está ligado apenas à poesia, visto que a história se associa ao verdadeiro. Contudo, por se referir a um verossímil dissociado do campo do possível, o *pithanón*, consideramos que Políbio não rejeita, em verdade, a noção de *eikós*, o verossímil aristotélico. Noção que aparece em sua obra, por exemplo,

<sup>55</sup> HARTOG. François. Op., cit., p. 139.

<sup>56</sup> Idem. *ibidem*. p. 139.

<sup>57</sup> Idem. *ibidem*. p. 119.

<sup>58</sup> ARISTÓTELES. Op., cit., p. 45.

<sup>59</sup> HARTOG. François. Op., cit., p. 140.

ao afirmar que não é verossímil (*eikós*) que as histórias de fatos particulares contemplem todo o mundo habitado<sup>60</sup>.

De toda forma, Políbio procura se distanciar de Tucídides, cuja obra possui uma dimensão poética no sentido de narrar (e afirmar, por vezes, fazê-lo) o verossímil (o *eikós*), na medida em que afirma produzir uma escrita essencialmente pragmática, termo que advém em grego de *pragmatos* (fato, coisa, prático). Sua crítica a Tucídides tem como principal argumento a idéia de que ele teria narrado o verossímil (*pithanón*), enquanto uma crença desprovida de fundamentos, quando da reprodução de discursos que poderiam ter sido ditos. Porém, o termo usado por Tucídides para dizer o verossímil foi *eikós*, associado ao campo do possível. De toda forma, toda essa argumentação de Políbio é conduzida por sua intenção em construir uma história pautada em um discurso verdadeiro sobre o que aconteceu, concepção do *lógos* que, em certo sentido, já aparece em Platão<sup>61</sup>.

Ainda que suas referências se associem ao *lógos* construído pelos “bons” filósofos, Platão nos permite argumentar que o historiador é também um produtor e narrador de *lógos*, termo que aparece nas obras de Heródoto, Tucídides e Políbio. Por outro lado, segundo os comentários de Aristóteles sobre a arte poética, o poeta é um criador de *mythos*. Considerando que *lógos* e *mythos*, segundo Hartog, eram conceitos imbricados no mundo antigo/grego, poderemos dizer que história e poesia também o eram.

De toda forma, observamos que nas obras desses historiadores a idéia de *lógos* prevalece, o que nos leva a crer que aí se encontra a diferença principal entre história e poesia para os antigos. Conforme Marcel Detienne<sup>62</sup>, por exemplo, em todos os nove livros de Heródoto, a palavra *mythos* aparece apenas duas vezes, o que demonstra seu interesse em narrar, sobretudo, os *logoi* dos povos com quem estabeleceu contatos. Tucídides coloca que em sua obra não se encontrará o *mythôdes* (o fabuloso). Políbio afirma que o historiador lida com *lógon alethinôn* (discursos verdadeiros).

À semelhança de Aristóteles, Cícero<sup>63</sup> se preocupou em estabelecer as marcas que, para ele, tornavam a oratória singular em relação aos outros gêneros discursivos: poesia, história, filosofia e sofística. Considera que, próxima à oratória, a história é composta por elegantes narrativas em que estão descritos lugares e batalhas, disputas e exortações, porém nela ausenta-se o estilo vivo/eloqüente<sup>64</sup>, específico ao gênero oratório presente nos discursos forenses. Em Heródoto e em Tucídides, Cícero afirma encontrar um estilo fluido e agradável que o leva a considerá-los os primeiros a doarem à história um aspecto adornado. Aspecto que os distinguia dos sofistas, cujo

<sup>60</sup> POLÍBIOS. Op. cit., p. 44.

<sup>61</sup> Cf.: PLATÃO. Sofista. In: *Diálogos*. Trad.: Jorge Paleikat, João Costa. São Paulo: Editor Victor Civita, 1972, p. 135-203.

<sup>62</sup> DETIENNE. Marcel. Apud MORELO. Sonila. Op. cit., p. 40.

<sup>63</sup> CICERÓN. *El orador*. Trad.: E. Sánchez Salor. Madrid: Alianza Editorial, 2004.

<sup>64</sup> Ressalte-se que essa história sobre a qual Cícero comenta se trata da escrita dos Anais, por ele rebaixada na obra *De oratore*, na medida em que considera necessário se estabelecer uma história com base na eloqüência forense, exercício não desenvolvido pelos analistas, segundo ele.

estilo, para Cícero, era marcado por um excesso de refinamentos<sup>65</sup>. Cícero diz ainda que o estilo dos filósofos se distancia da oratória por sua preocupação com o conteúdo e não com a forma de dizê-lo. Considera que a poesia, por sua vez, se interessa mais pela forma do que pelo conteúdo e, por isso, possui mais liberdade que a oratória durante a criação e composição das palavras<sup>66</sup>.

Em síntese, Cícero argumenta que a poesia se distancia tanto da oratória como da história pelo fato de que as últimas se interessam, sobretudo, pelas coisas que aconteceram. A poesia, ele dirige valorosos elogios em um discurso em que defende a cidadania romana do poeta de origem grega, Árquias<sup>67</sup>. Constrói uma imagem superior da poesia, pois se o valor das outras matérias resulta do ensino, das regras e da teoria, “(...) o poeta tem valor pela sua própria natureza e é estimulado pelas forças intelectuais e é inspirado, digamos assim, por uma espécie de bafejo divino”<sup>68</sup>. São elogios que acabam tomando um sentido pragmático, pois Cícero os apresenta para argumentar que um homem de tamanha excelência no exercício da arte poética, não poderia ser condenado. De toda forma, a oratória é posta como inferior à poesia por resultar de uma dedicação baseada em estudos intensivos, enquanto que a primeira constituía um dom divino que era transferido pelas Musas para alguns escolhidos.

Por outro lado, em *De oratore*<sup>69</sup>, onde afirma que a história era função do orador, Cícero chama a atenção para a necessidade do historiador adornar os fatos narrados por meio da eloquência forense. Rebaixa a produção dos chamados analistas, historiadores anteriores e contemporâneos a Tito Lívio, que em sua época davam continuidade aos “grandes Anais”. Material oficial preenchido por registros dos feitos da cidade que eram gravados em uma tábua branca por um pontífice máximo que, em seguida, a expunha em sua casa para que o povo tomasse conhecimento do que nela continha<sup>70</sup>. Eram registrados acontecimentos que demonstravam como estava a relação dos homens com os deuses; acontecimentos que eram escolhidos pela cidade para serem memorizados (as vitórias, as calamidades e os prodígios) e que passavam a fazer parte de sua história “oficial” ou “religiosa”. História que, segundo Cícero, teve sua continuidade com os analistas, considerados meros narradores de fatos e, por isso, produtores de obras desprovidas de embelezamento e eloquência, elementos necessários à história. Ao historiador preconizado por Cícero, caberia articular a descrição de fatos com a arte da eloquência, pois desse modo lhe seria possível inovar a tradição da historiografia romana.

<sup>65</sup> CICERÓN. Op., cit., p. 45.

<sup>66</sup> Idem. *ibidem*, p. 57.

<sup>67</sup> CÍCERO. *Defesa de Árquias*. In: \_\_\_\_\_. *As Catilinárias et al.* Trad.: Américo Ramalho et al. São Paulo-Lisboa: Verbo, 1974.

<sup>68</sup> Idem. *ibidem*, p. 190-191.

<sup>69</sup> CÍCERO. *Do orador*. Apud HARTOG. François. Op., cit., 2001.

<sup>70</sup> CÍCERO Apud HARTOG. François. Op., cit., 2001, p. 145.

Temos a impressão que esse exercício foi promovido por Tito Lívio que se apropriou de concepções ciceronianas para a construção de sua *Ab urbe condita libri* (História de Roma), obra marcada por um caráter literário e oratório que não diminui seu aspecto historiográfico. A partir de Lívio, percebemos que no mundo antigo/latino havia uma relação cruzada entre oratória e história, visto que ambas tinham como preocupação narrar o verossímil, ainda que possuíssem especificidades. Se Fábio Pictor (séc. III a.C.) foi o primeiro historiador de Roma<sup>71</sup>, Lívio foi, provavelmente, o primeiro a escrever a história a partir de um diálogo mais próximo com a retórica do orador e, portanto, a atribuir beleza e elegância aos fatos, conforme o ensinava Cícero.

A ausência da ornamentação dos fatos na *Bellum civile* (Guerra Civil) de Júlio César foi usada como argumento pelos historiadores latinos de sua época para dissociarem-na do gênero da História. Designaram-na de *comentariis* (memórias), gênero discursivo recorrente no mundo antigo que se vinculava, em latim, à palavra *mens* (“fazer pensar”, “lembrar”)<sup>72</sup>. Raiz de *moneo*<sup>73</sup> que se associa à palavra *monumentum*<sup>74</sup>, cujo significado constitui tudo o que faz recordar uma lembrança e, particularmente, o que faz recordar a lembrança de um morto: túmulo, estátua, inscrição, etc. Materiais usados por Lívio para fabricar sua história, por se tratarem de documentos que evocavam a memória do passado

Dessa forma, a obra de César era vista em seu tempo como uma memória a ser utilizada como fonte pelos historiadores por não possuir marcas específicas ao gênero da história e, por isso, “(...) teve o sentido de livro de reflexões, caderno de apontamento, lembrete, diário, texto escrito ao correr da pena, conciso e destituído de ornamento”<sup>75</sup>. Para os historiadores da época, constituía um material a ser reescrito a partir de elementos artísticos, considerados por Cícero necessários ao historiador.

Para Cícero, por produzirem apenas *monumenta*<sup>76</sup> de fatos, é que os analistas deveriam ser superados por um perfil de historiador que se preocupasse em orná-los, o que seria possível a partir do uso de elementos da eloquência forense. Além disso, ao colocar que o orador deve também se apropriar da história, se refere às leis dessa que lhe possibilitariam dizer a verdade: “Com efeito, quem ignora que a primeira lei da história é não ousar dizer algo falso? Em seguida, não ousar dizer algo que não seja verdadeiro? Que não haja, ao se escrever, qualquer suspeita de complacência?”<sup>77</sup>. Cícero, então, convida historiadores e oradores para se apropriarem uns dos

<sup>71</sup> MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Trad.: Maria Beatriz Florenzano. São Paulo: EDUSC, 2004. p. 129.

<sup>72</sup> ERNOUT, A.; MEILLET, A. *Dictionnaire étymologique de la langue latine: histoire des mots*. Paris: Librairie C. Klincksieck, 1932. p. 574.

<sup>73</sup> Idem, *ibidem*. p. 596.

<sup>74</sup> Idem, *ibidem*. p. 598.

<sup>75</sup> MFENDONÇA, Antonio da Silva. *Introdução*. In: CÉSAR, Caio Júlio. Op. cit., p. 27.

<sup>76</sup> CÍCERO Apud HARTOG, François. Op. cit., 2001, p. 145.

<sup>77</sup> CÍCERO Apud HARTOG, François. Op. cit., 2001, p. 151.

outros, pois a história permitiria aos últimos a construção de discursos verdadeiros e a eloquência forense permitiria aos primeiros um discurso mais ornamentado e aprazível. Com esse movimento recíproco de apropriação, os dois gêneros discursivos poderiam se tornar mais críveis.

A escrita da história de Tito Lívio se caracteriza pela presença dos elementos que deveriam, aos olhos de Cícero, fazer parte de um discurso oratório: *inventio*, *dispositio*, *elocutio*, *memoria* e *promuntatio*<sup>78</sup>. A *dispositio*, por exemplo, conforme Cícero, constitui um recurso retórico que permite organizar no discurso os fatos descobertos com a *inventio*, exercício que busca coisas verdadeiras e/ou verossímeis, a serem usadas para tornar provável a causa então defendida. A *inventio* perpassa todas as seis partes que formam um discurso, conforme Cícero: exórdio, narração, divisão, confirmação, refutação e conclusão<sup>79</sup>. Constitui, pois, o elemento fundamental para conceder ao discurso um estatuto verossímil

Nesse sentido, se entre os escritores gregos, nota-se uma preocupação em discutir a relação entre história e poesia, exercício promovido por Tucídides, Aristóteles e Políbio, em Roma muitos deles se preocuparam em comentar a relação entre história e oratória, a exemplo de Cícero e de Quintiliano. Esse último, orador do início do séc. I d. C., em suas *Instituições oratórias*, seguiu o caminho inverso de Cícero, ao alertar os oradores a evitarem a maior parte das qualidades da história. Pois, essa "(...) está muito próxima dos poetas, é uma espécie de poema em prosa, escreve-se para narrar, não para provar -- e a totalidade da obra é composta não para a realização de algo ou para um combate presente, mas para a memória da posteridade e a fama do talento"<sup>80</sup>.

O conceito de história enquanto narrativa estaria associado ao gênero da poesia e não à noção de prova que, por sua vez, era necessária ao orador. Daí Quintiliano considerar, distintamente de Cícero, que o orador não deveria dialogar com a história, sobretudo porque essa estaria preocupada mais com o futuro do que com as questões imediatas que, por sua vez, interessavam a oratória. Cícero também considera inútil um conhecimento que não fornecesse exemplos a serem imitados e, por isso, as investigações ligadas à história,

(...) se servem para que imitemos os homens ilustres, são realmente úteis: se porém servirem tão-somente para renovar a recordação e a memória antiga, não passam de curiosidade. E, assim, exortamos-te todos a que imites, na medida do possível, esses homens cujas pegadas vimos seguindo<sup>81</sup>.

<sup>78</sup> Vejamos o que comenta sobre esses elementos: "Invenção é a descoberta de coisas verdadeiras ou verossímeis que tornem a causa provável. Disposição é a ordenação e distribuição dessas coisas: mostra o que deve ser colocado em cada lugar. Elocução é a acomodação de palavras e sentenças adequadas à invenção. Memória é a firme apreensão, no ânimo, das coisas, das palavras e da disposição. Pronúnciação é a moderação, com encanto, de voz, semblante e gesto". Cf.: CÍCERO. *Retórica a Herênio*. Trad.: Ana Paula Celestino Faria e Adriana Seabra. São Paulo: Hedra. 2005. p. 55.

<sup>79</sup> CÍCERO. Op. cit., 2005. p. 57.

<sup>80</sup> QUINTILIANO. *Instituições oratórias*. HARTOG. François. Op. cit., 2001. p. 165.

<sup>81</sup> CÍCERO. Marco Túlio. *Do sumo bem e do sumo mal*. Trad.: Carlos Ancêde Nouguc. São Paulo: Martins Fontes, 2005. 160.

Quintiliano e Cícero criticam algo que Tácito (séc. I d.C.) defende: a escrita de uma história para a posteridade. O historiador do império romano se contrapõe à história que, segundo ele, apenas atendia a interesses imediatos, qual seja, a história produzida por uma vasta quantidade de escritores que narravam os feitos de Roma desde sua fundação com “eloquência e liberdade”<sup>82</sup>. Tácito considera que esses “grandes talentos” acabaram paralelamente ao período em que Roma alcançou a “paz” com a vitória de Augusto no *Ácio*. Compreende que os escritores da república tinham o único interesse pragmático de justificar o poder de políticos. Daí considerar que no período republicano, anterior ao “*Ácio*”, “*a verdade [ueritas] foi fraturada de multiplas formas*”, pois que a maioria dos escritores se preocupava apenas em bajular ou em expor seu ódio pelos poderosos. “*Assim, nem uns, nem outros preocupavam-se com a posteridade, divididos entre hostis e submissos*”<sup>83</sup>.

Tácito considera sua obra um “novo gênero” por não mais estar preocupado em narrar desde a fundação de Roma, como o fazia os historiadores republicanos. Coloca-se como um historiador do império, para o qual constrói uma história em suas duas obras: *Anais* (da morte de Augusto a Nero) e *Histórias* (da morte de Nero a Domiciano)<sup>84</sup>.

Para a escrita dos *Anais*<sup>85</sup>, Tácito delimitou um ponto de partida próximo de seu tempo (o principado de Tibério, posterior ao de Augusto), justificando esse recorte temporal com a afirmação de que muitos escritores já escreveram sobre as coisas antigas do povo romano, como também, sobre as coisas de Augusto. Por outro lado, para conferir credibilidade ao seu discurso, argumenta que a produção existente sobre o período a respeito do qual narrará é constituída por mentiras: “*Tudo quanto se escreveu no governo de Tibério, de Cláudio, de Caio, e de Nero é mentiroso em consequência do medo: e o que depois da morte deles se publicou tem o mesmo caracter, por estarem os ódios ainda muito recentes*”<sup>86</sup>. Por isso, se preocupa em informar que, diferentemente desses escritores, narrará os fatos imparcialmente e não deixará que o ódio e a afeição lhe influenciem: “*Lembrei-me pois de dizer pouco de Augusto, e só os últimos acontecimentos de sua vida: e continuar logo com os de Tibério, e seus sucessores, sem ódio nem afeição, porque nenhuns motivos tenha para isso*”<sup>87</sup>.

Procurando defender ao máximo o *tópos* da imparcialidade por considerá-lo ausente nos escritores republicanos e por tentar se construir como diferente desses, Tácito admite que sua carreira política deveu-se aos imperadores Vespasiano, Tito e Domiciano. Contudo, assevera que

<sup>82</sup> Idem. *ibidem*. p. 209.

<sup>83</sup> Idem. *ibidem*. p. 209.

<sup>84</sup> HARTOG. François. Op. cit., 2001, p. 215.

<sup>85</sup> TÁCITO. *Anais*. Trad.: J. L. Freire de Carvalho. Rio de Janeiro/São Paulo/Porto Alegre/Recife: W. M. Jackson Inc. Editores. 1965.

<sup>86</sup> TÁCITO. Op. cit., 1965, p. 03.

<sup>87</sup> Idem. *ibidem*. p. 03.

isso não corromperá sua imparcialidade, pois *“(...) os que professaram credibilidade inalterável devem falar de quem quer que seja sem amor e ódio”*<sup>88</sup>. Tácito apresenta poucos comentários sobre seu “método” que, apesar de serem exigidos pela tópica histórica, eram pouco expostos pela maioria dos historiadores que, no máximo, costumavam aproveitar o espaço do prefácio para fazê-lo.

Dionísio de Halicarnasso, grego que afluíu para Roma após a vitória de Augusto no Aécio, descreveu no prefácio de suas *Antiguidades romanas* o que hoje chamaríamos de “método” historiográfico, ao informar o assunto escolhido, as fontes utilizadas e os detalhes de sua obra (o recorte temporal, os fatos selecionados e a forma discursiva). Aponta o que precisou fazer para a escrita de uma obra em que se preocupa em demonstrar que as origens de Roma eram gregas a partir de uma investigação que remonta à fundação da cidade. Interessa-se, pois, em apontar as regras que deveriam ser seguidas pelo historiador: *“(...) devem primeiramente escolher argumentos belos, cheios de prestígio e que sejam úteis para os futuros leitores – e em seguida buscar as fontes adequadas para a abordagem do assunto, com muito cuidado e amor pelo trabalho”*<sup>89</sup>.

De início, Dionísio informa o assunto escolhido, o domínio romano sobre o mundo, *“(...) que nenhum discurso ainda adornou dignamente”*<sup>90</sup>. Após esse passo, afirma que é preciso *“(...) falar das fontes que utilizei quando estava a ponto de começar a escrever”*, a fim de que não surjam suspeitas a seu respeito por aqueles que leram escritores, como Políbio e Timeu que, com suas negligências, não apresentaram os registros que utilizaram<sup>91</sup>.

Assim, além de citar as fontes, Dionísio descreve cada um de seus movimentos enquanto historiador:

Pessoalmente, desembarquei na Itália no momento em que César Augusto pôs fim à guerra civil, no meio da centésima oitogésima sétima Olimpíada. e, a partir daquela época até o presente, vivi em Roma vinte e dois anos, aprendi a língua dos romanos e tomei conhecimento da literatura nacional; em todo esse tempo, consagrei-me constantemente às atividades que tinham relação com meu assunto. Por uma parte, recebi o ensinamento dos homens sábios, com os quais convivi; por outra, li cuidadosamente as histórias que escreveram os escritores louvados pelos próprios romanos. Pórcio Catão, Fábio Máximo, Valério Antias, Licínio Mácer, bem como os Elíios, os Gélios, os Calpúrnios e muitos outros, homens que não são obscuros, cujas obras levei em conta (elas são parecidas com os anais gregos). pondo-me então a escrever<sup>92</sup>.

Dionísio coloca que os que escrevem sobre fatos muito antigos apenas para adquirirem fama ou para se mostrarem superiores pela arte da oratória, o fazem de forma negligente e, por isso, não serão elogiados pela posteridade. É preciso seguir regras e, além das duas já apresentadas, restava:

<sup>88</sup> TÁCITO. Op., cit., 2001, p. 209.

<sup>89</sup> HALICARNASSO. Dionísio. Op., cit., p. 189.

<sup>90</sup> Idem ibidem, p. 191.

<sup>91</sup> HALICARNASSO. Dionísio. Op., cit., p. 201.

<sup>92</sup> Idem, ibidem, p. 201.

“(...) falar da própria história: a quais limites cronológicos a restrinjo, de quais fatos faço a narrativa e qual é a forma que dou à minha obra”<sup>93</sup>. Sobre a forma, Dionísio coloca que optou por escolher um discurso misto, distinto dos que já foram produzidos por outros historiadores, pois com ele poderia alcançar leitores variados:

(...) trata-se de uma mistura de todos os gêneros. tanto do forense quanto do especulativo. a fim de que fique claro, para os que se ocupam dos discursos políticos, para os que se consagram à especulação filosófica, assim como para todos os que podem querer distrair-se sem incômodo com leituras históricas, que esta obra os atende.<sup>94</sup>

A partir da exposição das regras da investigação historiográfica, Dionísio concebe a história como um gênero próprio, ainda que resulte da articulação de vários outros.

Ainda que tenha vivido o mesmo período de Dionísio, não encontramos no prefácio de Lívio e/ou em sua obra esse tipo de exercício detalhado em que expõe a “metodologia” adotada<sup>95</sup>, embora tenha vivido a mesma época que Dionísio. O que nos leva a crer que os historiadores produziam discursos peculiares, mesmo que fizessem parte de uma só tradição.

O gênero da história na antiguidade foi se construindo enquanto específico na medida em que seus produtores procuraram se distanciar de outros gêneros com os quais dialogavam. Mas, além disso, durante todo esse percurso que trilhou durante o mundo antigo, a historiografia foi sendo construída a partir das “disputas intelectuais” entre os escritores, pois que, ao tentarem se colocar como distintos/superiores de/a seus antecessores, foram promovendo deslocamentos na tradição historiográfica. Conforme coloca Hartog,

(...) na construção continuada dessa escrita, foram feitas certas escolhas, produziram-se “esquecimentos”, deslocamentos e também reformulações: de Heródoto a Luciano e a Santo Agostinho, passando por Cícero e Tito Lívio, a mesma palavra não designou sempre a mesma mercadoria<sup>96</sup>.

A história nasce como *historie* (investigação) com Heródoto, tornando-se também *historia* (narrativa sobre os fatos acontecidos) com Aristóteles, idéia que prevaleceu nos historiadores latinos, a exemplo de Tito Lívio. Diferença substancial entre gregos e romanos, pois, para esses, o termo história ou memória, estava ligado à escrita sobre os acontecimentos. Portanto, a história não se diferencia da poesia apenas por narrar o que aconteceu, conforme afirmou Aristóteles, mas também por constituir um exercício de investigação do passado por meio de indícios que o evocam.

<sup>93</sup> Idem, *ibidem*, p. 201.

<sup>94</sup> Idem, *ibidem*, p. 203.

<sup>95</sup> Paul Jal afirma que os comentadores da obra de Lívio costumam reclamar por essa ser desprovida de comentários explícitos sobre o “método”. O que força de seu estudioso uma análise minuciosa, que observe em seu *corpus* indícios de sua visão da história Cf.: JAL, Paul. *Tite-Live et le métier d'historien dans la Rome d'Auguste*. In: *Bulletin Budé*. Paris, 1989.

<sup>96</sup> HARTOG, François. *Op. cit.*, 2001, p. 10.

Nesse sentido, consideramos que a concepção dos antigos se aproxima da visão de alguns historiadores contemporâneos, sobretudo dos que concebem a história, antes de tudo, como uma escrita sobre experiências humanas; uma escrita que constitui também criação, invenção, manipulação, mas que não perde seu caráter representacional.

Para os historiadores antigos, os pares história/poesia e história/retórica não eram vistos como dicotômicos, mas como complementares. Por construírem obras marcadas por esses cruzamentos, terminaram, por vezes, sendo vistos, a partir de um olhar de estranhamento, como “menos historiadores”, por modernos e contemporâneos. Muitos dos quais se apropriam da idéia, construída no séc XIX, de que história e poesia são noções completamente opostas<sup>97</sup> e, com isso, atribuíram aos historiadores antigos uma menor importância para a tradição contemporânea. O “método” moderno, sim, caracterizado por um tipo de produção baseado num vasto conjunto de regras, deveria ser elogiado e considerado como a base da produção historiográfica contemporânea.

Assim, entendemos que o diálogo promovido pelos historiadores antigos entre o discurso historiográfico e o poético constitui um exemplo de aproximação com a produção dos historiadores contemporâneos: de um lado, cada vez mais interessados em se apropriarem da literatura, seja como fonte, seja como modelo de escritura a ser imitado do ponto de vista do estilo; de outro, preocupados em escrever um discurso baseado em marcas, próprias a sua tradição de escritura. Marcas que localizamos na historiografia antiga.

---

<sup>97</sup> Segundo, SCHAPOCHNIK, Nelson. As figurações do discurso da história. In: MALERBA, Jurandir (org). **A velha história: teoria, método e historiografia**. Campinas, Papyrus, 1996. p. 169. a separação entre história e poesia, levada a efeito pelos historiadores do século XIX, constituiu uma estratégia, montada pelos historiadores que naquele século se profissionalizaram, para legitimarem a historiografia enquanto provida de uma cientificidade, caráter que poderia ser elevado com a supressão do aspecto narrativo da representação histórica.

## CAPÍTULO II

### ESCRITA E ORALIDADE, VERDADE E VEROSSIMILHANÇA: ESTATUTOS DA *MEMORIA RERUM GESTARUM* DE TITO LÍVIO

Neste capítulo problematizamos a visão lugar-comum sobre Tito Lívio como escritor de uma história moralista, dissociada de elementos próprios a um texto historiográfico. Discutimos a recepção no texto de Lívio da compreensão dicotômica, vista em Aristóteles,<sup>1</sup> de que a história constituiria um gênero discursivo vinculado ao que aconteceu, ao passo que a poesia estaria ligada ao possível/verossímil. Análise que caminha junto com a discussão que fizemos em torno das distintas fontes usadas por Lívio, que agrupamos em três blocos maiores: as tradições oral (*fama* e *fabula*<sup>2</sup>) e escrita (*memoria* dos analistas) e os documentos escritos (*monumenta litterarum*)<sup>3</sup>. A partir de uma discussão sobre a relação de Lívio com essas fontes, pudemos observar em seu texto elementos peculiares a uma tradição de escrita ligada ao gênero discursivo chamado História. Distancia-se dos gêneros retórico e poético, ainda que os recepcione em sua obra, formando nessa uma espécie de triângulo discursivo.

A *Ab urbe condita* durante muito tempo foi considerada um manual de instrução aos leitores romanos e, por isso, seu produtor não estaria preocupado em estabelecer uma verdade dos feitos narrados. Lívio, pois, não teria assumido uma prática própria à tradição de escritura historiográfica. Seu interesse estaria canalizado para a produção de uma obra que causasse um efeito moralizante em seu público, desejo que dele tornaria mais um moralista do que um historiador e, portanto, do que um escritor impelido por intenções de produzir um texto

<sup>1</sup> ARISTÓTELES *Arte poética*. In: \_\_\_\_\_ *et al.* A poética clássica. Trad.: Jaime Bruna. São Paulo: Ed. Cultrix, 1997, p. 28.

<sup>2</sup> *Fabula*: derivado de *fama* e, portanto, ligada ao verbo falar. Logo, primeiro sentido: “conversação, sujeito (ou objeto) de conversação, relato”; em sentido particular: “relato dialogado e posto sobre a cena, peça de teatro ou fábula/conto”. Segundo sentido: *fabula* como *verbum*, “palavra”, se opondo à coisa: *facta* (“feito”) designa um “relato mentiroso ou fictício”. Denominativo: *fabulari*: “conversar, falar”; *rem fabulare*: “contar, inventar”. Cf.: ERNOUT, A.; MEILLET, A. Op. cit., p. 314. Por vezes, assume no texto de Lívio o sentido ligado à encenação teatral.

<sup>3</sup> Conforme idem, *ibidem*, temos: *Monumentum* (p. 598): *moneo*; raiz *men*: “pensar”; *mens*: “fazer pensar, lembrar”; por conseqüência: “chamar a atenção sobre, advertir/avisar”. *Monumentum* em grego: *mnemeion*, ligado à idéia de memória (*mnemosyne*). Então, *monumentum* (*moni-*): “é tudo que recorda uma lembrança e, particularmente, o que recorda a lembrança de um morto: túmulo, estátuas, inscrições, etc.” (p. 596). *Littera*: “grafia atestada/certificada”, “letra de alfabeto”. Corresponde ao grego *grámma*. É provável que possua origem nessa palavra grega, imitada pelos latinos, com intermediação dos etruscos (p. 528). Portanto, ao se referir a *monumenta litterarum*, Lívio trata dos escritos que evocam uma memória, uma lembrança do passado, donde: estátuas, inscrições e túmulos são usados por ele como fonte, pois que a eles se refere em várias partes de sua obra, conforme veremos nesse texto. Cícero, no *De oratore*, considera as obras dos analistas meros *monumenta*, por considerar que são desprovidos de ornamentos, conforme colocamos no Capítulo I. Consideramos que Lívio não os toma necessariamente como *monumenta*, por localizarem num tempo posterior aos fatos que narraram. Eles escreveram uma *memoria*: memória, lembrança; no plural *memoriae*: “memórias, monumentos comemorativos”. Derivado de *memor*, *oris*: “o que se lembra”; “que faz lembrar”. *Memorare*: recolocar em memória, recordar/rememorar (p. 573). Pois, a *memoria*, para Lívio, seja a que ele constrói, seja a dos analistas, está associada a materiais que evocam lembrança (os *monumenta*).

caracterizado por um aspecto verdadeiro. Alguns alegam, por exemplo, que Lívio teria escrito um texto com tônicas retóricas/poéticas a fim de torná-lo mais aprazível e persuasível, tornando essa característica um elemento que justificaria sua dissociação com a tradição historiográfica. Seu texto é reduzido a um manual de *exempla* dirigido aos seus leitores, cujas vidas, por meio dele, passariam a ser orientadas.

A obra de Lívio, após publicada, teve uma considerável repercussão em Roma, passando a ser vista como a “maior das produções” da historiografia romana<sup>4</sup>. Sua perspectiva exemplar exerceu influências em escritores modernos que, ao dela se apropriarem, produziram numerosas “histórias nacionais”, caso de Maquiavel<sup>5</sup>. No séc. XIX, Lívio foi considerado o maior historiador da antiguidade romana mais por suas qualidades literárias e menos pelo relato de fatos verídicos<sup>6</sup>. Visão que passou a prevalecer em boa parte das posteriores representações construídas sobre o historiador, a exemplo das que tivemos acesso a partir de textos esparsos: capítulos de livros, anotações contidas em capítulos que tratam de forma genérica da historiografia greco-romana, notas introdutórias às traduções de sua obra a que tivemos acesso<sup>7</sup>. Passaremos, agora, a analisar passagens de sua obra para observarmos os procedimentos por ele utilizados em relação às fontes, à tradição de historiadores que lhe antecedeu, dentre outros que demonstram sua atitude historiográfica.

Por vezes, Lívio demonstra respeito em relação ao que dizem os escritores a ele anteriores, sobretudo se suas versões contribuírem para a narrativa de ações exemplares. Assim, lamenta ser obrigado a admitir que a ocorrência de um terrível fato, num funesto ano em Roma, foi efeito de ações de “pérfidas mulheres”: a mortandade de vários cidadãos, atacados pelos venenos produzidos por essas “mentes perturbadas”. “*Gostaria, pois nem todos os historiadores [auctores]<sup>8</sup> relatam esse fato, que tivesse havido engano [falso] ao*

<sup>4</sup> Cf. BESSELAAR, José van den. *Introdução aos estudos históricos*. São Paulo: Editora Herder, 1968. p. 15.

<sup>5</sup> Cf.: MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Trad.: Maria Beatriz Florenzano. São Paulo: Edusc, 2004. p. 120. Maquiavel produziu uma história de sua cidade, Florença, com um estilo e uma perspectiva da história semelhante à de Lívio, pois que a pensa como *exemplum*. Cf.: MAQUIAVEL, Nicolau. *História de Florença*. Trad.: Nelson Canabarro. São Paulo: Musa editora, 1998.

<sup>6</sup> Cf.: DOSSE, François. *O relato*. In: A História. Trad.: Maria Elena O. Assumpção. Bauru-SP: EDUSC, 2003. p. 107-108.

Cf.: PEIXOTO, Paulo Matos. *Introdução*. In: TITO LÍVIO. *História de Roma*. Trad.: Paulo Matos Peixoto. São Paulo: Paumape, 1989. V. 1; WALSH, P. G. *Livy's preface and the distortion of history*. In: *The American Journal of Philology*. V. 76, Nº 4. 1955, p. 369-383; COLLINGWOOD, R. G. *A historiografia greco-romana*. In: A idéia de História. Trad.: Alberto Freire. Lisboa: Editorial Presença, s/d. pp. 27-78; DUJOVNE, León. *El pensamiento histórico en la antigüedad grecorromana*. In: La filosofía de la historia en la Antigüedad y en la Edad Media. Buenos Aires – Argentina: Galatea – Nueva Vision, 1958; DOSSE, François. Op. cit.; SHOTWELL, James T. *A interpretação da história e outros ensaios*. Trad.: Murillo Bastos Martins. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1967;

<sup>8</sup> Conforme ERNOUT, A.; MEILLET, A. Op. cit., temos: *auctor*: advém de *augeo*, *augere* (“fazer crescer, aumentar, amplificar”). Temos: aquele que faz crescer, que faz impelir”. Em alguma expressões, como significa às vezes, “aquele que amplifica” e “aquele que funda/cria/constrói”, “fundador, autor”. Além disso, a palavra se

*atribuir-se veneno a mortandade daquele ano que se tornou célebre como um ano de epidemia*". Contudo, se assim o contam os escritores da tradição, não cabe questionar sua autoridade: "(...) *exporei os fatos tal como foram relatados, sem pôr em dívida a autoridade [fidem] dos testemunhos [auctorum]*". Comentário que Lívio elabora a partir do recurso à retórica, pois pretende narrar o caso da traição feminina a partir do que sobre ele contam esses escritores, não necessariamente por respeitar sua autoridade, mas, sobretudo, por considerar suas versões profícuas para tornar o fato exemplar.

Lívio, por vezes, chega a estabelecer uma hierarquização das versões acessadas, com a qual torna a dos analistas a mais verdadeira. Ao especular sobre os motivos da morte de Coriolano, romano que traíra a pátria se colocando do lado dos volscos, comenta:

*Diz-se que Coriolano morreu vítima do ódio que atraíra sobre si. Outros narram sua morte de maneira diversa. Segundo Fábio, o mais antigo de nossos historiadores, ele vivera até a velhice. Pelo menos relata que Coriolano costumava dizer: 'o exílio é penoso sobretudo para um ancião' [grifos nossos]*<sup>10</sup>.

Primeiramente, Lívio cita "o que se conta"; em seguida, o que outros comentam e, por fim, a versão de um antigo escritor. Embora não afirme explicitamente, através da própria disposição seqüencial com que coloca as versões no texto, Lívio nos permite supor que considera a versão do escritor antigo como a mais verossímil, sobretudo em virtude de sua proximidade com os fatos narrados. Mesmo aqui, Lívio sugere que não crê na autoridade de Pictor, pois, apesar de tudo, ele não presenciou o dito acontecimento. No máximo, crê em sua verossimilhança.

Pictor ganha mais respaldo de Lívio quando narra feitos dos quais ele próprio participou, saindo, pois, do lugar da tradição e se tornando fonte, pois, para Lívio, apenas os escritos à época dos acontecimentos narrados o são. Somente um contemporâneo do evento, a batalha de Trasimeno contra os cartagineses no séc. III a.C., poderia apontar com mais precisão a quantidade de seus mortos. Lívio considera um exagero os números descritos por outros escritores, restando-lhe o auxílio de Pictor: "*No dizer de alguns, grande foi a carnificina de parte a parte; no que me diz respeito – pouco inclinado a exagerações, defeito comum entre os historiadores –, prefiro fiar-me a Fábio, contemporâneo do*

---

associa a dois outros significados principais: "responsável", de acordo com a língua jurídica; "vendedor", derivado de *auctoritas* ("fato de ser autor", "opinião predominante", etc.) que implica uma idéia de "possessão". Donde, o vendedor de uma coisa era aquele que a possuía. Daí: "direito de propriedade" (p. 85).

<sup>9</sup> TITO LÍVIO. VIII. 18, p. 166-67, v. II.

<sup>10</sup> TITO LÍVIO. II. 40, p. 161, v. I.

*acontecimento*”<sup>11</sup>. Escritor cujos escritos constituem um documento de época, por Lívio considerado o principal material que favoreceria a construção da verdade.

Por isso, prefere não apresentar conjecturas sobre os motivos que levaram Públio Cipião à eleição pelos senadores como o melhor dos cidadãos, por não tê-los encontrado nos textos dos escritores menos distantes da época:

E foi Públio Cipião, filho de Cneu Cipião tombado na Espanha, jovem que sequer fora questor, o escolhido como o melhor dos cidadãos. Com base em que virtudes? Como, se isso nos tivesse sido relatado pelos escritores mais próximos da época, eu o transmitiria de bom grado à posteridade, assim também não imiscuirei aqui suposições pessoais para tentar adivinhar uma coisa sepultada pelos anos<sup>12</sup>.

Ausentando-lhe as fontes mais pertinentes que lhe dariam suporte para a escritura sobre a referida questão, Lívio prefere se omitir, a fim de não fazer comentários pessoais, desprovidos de respaldos documentais.

Lívio admite as complicações para o exercício de reconstituição das datas e da seqüência cronológica dos consulados devido à distância temporal que o separa dos fatos e, sobretudo, que separa esses dos escritores que sobre eles já escreveram:

Mas são tantas as dúvidas cronológicas quanto à sucessão dos magistrados, em conseqüência da diversidade de tradições, que nem a série dos cônsules nem a data das ocorrências é possível ser reconstituída a um tal distanciamento, não só dos fatos como de seus historiadores [*auctorum*]<sup>13</sup>.

Dessa forma, Lívio se aproxima da perspectiva grega, segundo a qual a história de um passado longínquo só se torna possível a partir do “olho” e/ou do “ouvido” e, portanto, sobre acontecimentos recentes. Lívio se distancia, contudo, dos historiadores gregos, pois não é o próprio contemporâneo dos eventos e necessita do intermédio de fontes “secundárias”, caso dos analistas, para produzir sua história. Lívio não apenas costuma discordar desses escritores com frequência, como também aponta seus problemas a partir do cotejo entre suas versões e as fontes que as embasaram. Esforço com que visa alcançar uma versão mais verossímil sobre um evento que lhe coloca dúvidas:

Segundo informações de Licínio Mácer, no ano seguinte foram reeleitos os cônsules Júlio, pela terceira vez, e Virgínio, pela segunda. Valério Âncias e Tubero, entretanto, registraram os nomes de Marco Mânlio e Quinto Sulpício como os cônsules daquele ano.

<sup>11</sup> TITO LÍVIO, XXII, 7, p. 18, v. III.

<sup>12</sup> TITO LÍVIO, XXIX, 14, p. 100, v. IV.

<sup>13</sup> TITO LÍVIO, XXI, 21, p. 134, v. II.

Apesar de se centralizarem, Tubero e Mácer invocam a autoridade [*auctores*] dos livros línteos. Ambos declaram que, naquele ano, conforme os historiadores [*scriptoribus*]<sup>14</sup> antigos, houve tribunos militares. Licínio, sem dúvida, preferiu seguir os livros de tela e Tubero não sabe onde está a verdade [*ueri*]. Como tantos outros problemas suscitados por sua Antiguidade, deixemos também este por resolver<sup>15</sup>.

Em meio à dificuldade de encontrar a verdade, dada a distância temporal dos eventos, Lívio deixa ao leitor a tarefa de solucionar o problema, isentando-se de fazê-lo. De toda forma, promove comparações entre os escritores, informando as fontes por eles utilizadas, como se com esse gesto quisesse expor ao leitor que fez o possível para alcançar o verdadeiro, mas, diante de tantos dilemas, não o conseguiu. Mostrar, ao menos seu esforço, parecia suficiente para que o leitor percebesse sua seriedade como historiador.

Por vezes, no entanto, após confrontar diferentes escritores, Lívio seleciona aquele cuja credibilidade lhe aparenta superior à dos demais:

A crer em Valério, que exagera desmesuradamente todas as cifras, foram mortos quarenta mil homens e aprisionados -- aqui a mentira [*mendacium*] é mais controlada -- cinco mil e setecentos, com duzentos e quarenta estandartes. Cláudio relata também que perceram trinta e dois mil inimigos, tendo sido capturados quatro mil e trezentos. No que nos diz respeito, não escolhemos os números por nos parecerem mais dignos de crédito: seguimos Políbio, historiador cujo valor não se põe em dúvida no que respeita aos feitos dos romanos, sobretudo na Grécia<sup>16</sup>.

Critica a tradição ao discordar de um escritor, também do séc. I a.C., considerando-o, no geral, exagerado em suas colocações. De tal forma, que atribui a sua obra o adjetivo de *mendacium*<sup>17</sup> que se contrapõe ao significado que Lívio confere a Políbio, por ele considerado nessa e em outras passagens da *Ab urbe condita* como uma referência da verdade. Daí apontá-lo como um *non incertum auctorem*<sup>18</sup>. Para a escrita de sua obra, Lívio evidencia que costumava ler variadas versões de autores distintos sobre um mesmo fato. Imitava-os, no sentido aristotélico do termo. Ao perceber que alguns deles discordavam entre si, fazia questão de expô-lo ao seu leitor, transferindo para esse a responsabilidade de selecionar a informação mais verossímil ou mostrar ao menos sua intenção em ser honesto.

<sup>14</sup> Lívio designa o historiador de *scriptor*, ainda que às vezes use *auctor*. Esse, por sua vez, associa-se não apenas aos escritores, mas a qualquer tipo de material que Lívio considera provido de autoridade. Neste exemplo, o utiliza para se referir à autoridade de uma fonte: os livros línteos *Scriptor* deriva de *scribere* (escrever), possuindo o sentido de escritor. Cf.: ERNOUT, A.; MEILLET, A. Op., cit., p. 869.

<sup>15</sup> TITO LÍVIO, IV, 23, p. 329, v. I.

<sup>16</sup> TITO LÍVIO, XXXIII, 10, p. 317, v. IV.

<sup>17</sup> Significa mentira, palavra ligada a *mendax* (mentiroso), que vem de *mendum* ("falha", no sentido físico ou num texto, "incorreção"). Cf.: ERNOUT, A.; MEILLET, A. Op., cit., p. 574.

<sup>18</sup> Autor não duvidoso.

A investigação do verdadeiro (*uerus*) é, para Cícero<sup>19</sup>, uma das partes que compõe e gera a maior das virtudes: a honestidade. Própria ao homem, sua busca permite o conhecimento das “realidades ocultas”, úteis para uma vida feliz<sup>20</sup>. Sábio e prudente é o homem que “(...) examina cuidadosamente o que há de mais verdadeiro em cada coisa (...)”<sup>21</sup>. Lugar em que Lívio tenta se inserir ao se mostrar interessado em investigar o verdadeiro que, por isso, além de se tratar de um exercício característico da tópica histórica, era também, em seu caso, um exercício para o alcance da virtude.

Lívio costuma discordar dos autores da tradição a partir da recorrência a seu conhecimento sobre a questão que gera dúvidas, a fontes “primárias” (os *monumenta*) e a testemunhos orais. Todos articulados com um único intento: estabelecer uma versão mais verdadeira:

Reproduzi os historiadores [*auctores*] que me precederam ao atribuir a Aulo Cornélio Cosso o cargo de tribuno militar na ocasião em que levou os segundos despojos opimos ao templo de Júpiter Ferétrio. Ora, sabe-se que o nome de despojos opimos só era dado aos que um general arrebata a outro general, e não se reconhecia como general senão aquele sob cujos auspícios se fazia a guerra. A própria inscrição gravada nesses despojos confirma, contra esses historiadores que reproduzi, que foi na qualidade de cônsul que Cosso os ofereceu. Ouvi pessoalmente César Augusto, que construiu e restaurou todos os nossos templos, dizer que havia entrado no templo de Júpiter Ferétrio, mandando reconstruí-lo mais tarde pois se achava em ruínas, e havia lido essa inscrição na couraça líntea. Na minha opinião, seria quase um sacrilégio privar Cosso e seus despojos do testemunho [*auctorem*] de César, restaurador do próprio templo<sup>22</sup>.

Lívio narra a primeira vez em que um general romano consagrou os despojos opimos ao deus Júpiter ao se referir ao rei Rômulo, que instituiu esse cerimonial após vencer batalhas contra vários inimigos, derrotando seus reis e generais<sup>23</sup>. Esse conhecimento contribuiu para Lívio não acreditar que Cosso era tribuno militar, pois apenas aos despojos adquiridos por um general de um outro general, dava-se o nome de opimos e apenas um cônsul poderia sê-lo. Além disso, Lívio nega a versão dos escritores que o antecederam, confrontando-a com um material de época, uma inscrição (*monumentum*) que poderia lhe permitir alcançar uma versão mais verossímil. Cosso havia sido cônsul. Para conferir mais autoridade a sua versão, confirmando-a, Lívio diz ainda que tomou o próprio *princeps* Augusto como testemunha (*auctor*), indivíduo que, por suas virtudes divinas, provavelmente falaria a verdade. Assim,

<sup>19</sup> CÍCERO, Marco Túlio. *Dos deveres*. Trad.: Angélica Chiapeta. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

<sup>20</sup> *Idem. ibidem*, p. 10.

<sup>21</sup> *Idem. ibidem*, p. 11.

<sup>22</sup> TITO LÍVIO, IV, 20, p. 326, v. I.

<sup>23</sup> TITO LÍVIO, I, 10, p. 34, v. I.

poderia conceder ao texto de Lívio maior credibilidade aos olhos do destinatário, provavelmente constituído pelos aristocratas da época.

Articula, pois, suas conjecturas, baseadas no que conhecia sobre a história de Roma, uma fonte da época sobre a qual narra e uma testemunha de seu tempo. Dos três elementos, apenas a inscrição se aproxima do que Lívio considera fonte, visto ser um material produzido à época do acontecimento narrado. Os outros dois, no entanto, são por ele utilizados como se fossem fontes, ainda que não se encaixem em sua conceituação sobre elas. Em se tratando do testemunho do *princeps*, constitui a fonte mais provida de *auctoritas*.

Poderíamos concordar com Paul Veyne<sup>24</sup> quando diz que a tradição dos predecessores não era vista como fonte pelos antigos, pois Lívio, com efeito, não a conceituava dessa maneira. No entanto, consideramos que, se conforme Veyne, a idéia de fonte pressupõe um exercício de desconfiança e, por isso mesmo, seria específica à concepção moderna de história, localizamos esse “conceito”, guardadas suas especificidades, em Lívio. Pois, problematiza os materiais que lhe fundamentam, a exemplo da própria tradição dos que o precederam. Além disso, conforme vimos no exemplo, utiliza “fontes primárias”, caso da inscrição, não apenas para preencher lacunas e pormenores, mas como um dos principais materiais que lhe poderiam garantir o alcance da verdade ou de uma versão mais verdadeira.

Por outro lado, em toda a obra de Lívio, observamos compatibilidades onde os comentadores encontram dicotomias, ao conceberem a tônica moralista e o uso de tradições orais, por exemplo, como elementos que se dissociam da prática do historiador.

Consideramos que se, de um lado, Lívio constrói um discurso a partir do uso de recursos retóricos a fim de produzir efeitos moralizantes, de outro, se preocupa em encontrar o verdadeiro ou o que é mais próximo desse, visto que mantém uma relação de suspeita com as fontes, seja os documentos escritos (*monumenta litterarum*), seja as tradições oral e escrita. Além disso, a permanência em seu texto de elementos presentes em textos poéticos, como o uso da oralidade, bem como, a criação/imitação de ações humanas constitui objeto de discussão para os leitores modernos<sup>25</sup>, acostumados, talvez, com o discurso historiográfico como desligado da arte poética. O que não era o caso do mundo antigo.

Ao final do prefácio de sua *Ab urbe condita*, Lívio procura esclarecer que sua função como historiador se distingue da prática dos poetas, na medida em que esses se sentiam livres para rogar aos deuses auxílio para a execução de sua empresa. Vejamos: “e se os votos e as

<sup>24</sup> VEYNE, Paul. *Acreditaram os gregos em seus mitos?*. Trad.: Antonio Gonçalves. Lisboa: Edições 70. s/d. pp. 20-21.

<sup>25</sup> Fazemos referência aos leitores modernos do séc. XIX quando se tinha uma concepção de história positivista marcada pela noção de ciência.

*preces aos deuses e às deusas fossem costume entre nós como entre os poetas, preferiria pedir-lhes, no começo desta obra tão vasta, que me proporcionassem um feliz resultado*<sup>26</sup>.

Há, pois, fronteiras entre o gênero poético e o historiográfico, porém ambos não se opõem

Lívio desloca os motivos poéticos, usando-os para construir a imagem que desejava para a memória de Roma; imagem que estava ligada aos seus interesses como um aristocrata tradicionalista, bem como, às pretensões políticas de Augusto. A história, segundo Lívio, se diferencia da poesia também por constituir um exercício de investigação do passado por meio de indícios que o evocam. Concebe-a como uma memória sobre os feitos humanos que deve passar antes por uma investigação, realizada quando da relação com as fontes. Dessa forma, ela era, para Lívio, tanto prática como discurso<sup>27</sup>; era uma representação verossímil do que aconteceu.

Para construir uma história com um estatuto de verossimilhança, Lívio se interessa, também, por expor elementos que indicam o caráter inverossímil do que dizem seus predecessores. Desse modo, é que discorda de alguns autores sobre o que comentam a respeito de um romano de nome Lúcio Minúcio: *“Encontrei em certos autores [auctores] a informação de que esse Minúcio passou de patricio a plebeu e que, eleito décimo primeiro tribuno pela corporação, debelou uma revolta motivada pela morte de Mélio”* Informação que refuta por considerar custoso acreditar que o Senado teria consentido o aumento de tribunos da plebe. Pior do que isso, seria impossível que um *exemplum* tão execrável em que um patricio demanda uma função plebéia, tenha sido exercido por Minúcio. Considerando-se sua ânsia por poder, *“(…) é inadmissível que a plebe ao obter essa vantagem não a tenha utilizado ou, pelo menos, tentado utilizá-la daí por diante”*. Por fim, usa uma lei, prova irrefutável, para concluir seu argumento: *“Mas o que indiscutivelmente contraria o título que foi inscrito por engano [falsum] em sua estátua é o fato de poucos anos antes uma lei ter proibido aos tribunos eleger um colega”*<sup>28</sup>.

Lívio deixa “não-dito” que a afirmação dos autores de que Minúcio tornou-se plebeu, resultou da observação desse título na estátua erigida em sua homenagem, após ter castigado Espúrio Mélio, rico romano da ordem equestre que havia distribuído trigo aos plebeus a fim de alcançar cargos públicos. Lívio refuta os autores com uma discussão da própria fonte por eles utilizada. Percebe a “falsidade” que caracterizava a inscrição na estátua a partir de seu

<sup>26</sup> TITO LÍVIO. prefácio, p. 19, v. I.

<sup>27</sup> Definição que a aproxima da conceituação contemporânea empreendida por Michel de Certeau. Para ele, a história implica uma prática (uma disciplina), seu resultado (um discurso) e a relação entre essas “fases”. Cf.: CERTEAU, Michel de. Op. cit., p. 45-47.

<sup>28</sup> TITO LÍVIO. IV, 16, p. 321, v. I.

conhecimento sobre as relações tensas entre patricios e plebeus, bem como, de uma dada lei que impedia a cooptação entre tribunos. Por último, o próprio lugar de Lívio como aristocrata o leva a não acreditar ou a não admitir que um nobre poderia chegar ao ponto de se tornar plebeu. No entanto, conforme vimos a partir de suas próprias representações, essa mobilidade política era comum em Roma.

Demonstra, pois, uma preocupação em comprovar um fato ao leitor, descrevendo no texto os passos que seguiu, para que esse pudesse tirar também suas próprias conclusões. Sente-se na tarefa de expor, como historiador, que um fato presente na tradição como verdadeiro pode ser “falso” ou, pelo menos, inverossímil. Idéia que aparece em Políbio, ao se colocar no lugar de quem irá desvelar os “erros” das versões de historiadores que lhe precederam, como Fábio Pictor, Filinos e Eforo, afirmando que, ao contrário do que fizeram os mesmos, descreverá a verdade dos fatos.<sup>29</sup>

Lívio, nesse sentido, questiona a autoridade de seus antecessores ao descobrir indícios, em outros materiais, que o levam a desconfiar de sua *fides*. O que ocorre, ao tentar explicar o motivo da nomeação de um ditador pelo cônsul Caio Licínio Calvo, usando a versão de um escritor que era também parente desse:

Licínio Mácer escreveu que o cônsul Licínio nomeou um ditador apenas para presidir as eleições, pois ao perceber que seu colega, ao invés de ocupar-se com a guerra, estava mais empenhado em apressar a realização das eleições para manter-se no consulado, quis frustrar aquela ambição digna de censura<sup>30</sup>.

Considera que essa explicação, que torna o cônsul Licínio um homem público exemplar, fatalmente se invalida por ter sido elaborada por um escritor cujo interesse era “(...) exaltar um membro de sua própria família”<sup>31</sup>. Dessa forma, a Lívio restou apresentar uma versão possível, com base nos acontecimentos de então, pois nem em seu último refúgio, os anais, havia referência ao fato: “Como não encontrei qualquer alusão ao fato nos mais antigos anais, inclino-me a acreditar que o motivo da nomeação de um ditador foi a guerra com os gauleses”<sup>32</sup>. Com tantas dúvidas, Lívio ao menos teve certeza de algo: “O certo é que naquele ano os gauleses acamparam na via Salária, do outro lado da ponte sobre o Ânio, no terceiro marco da cidade de Roma”<sup>33</sup>. As dúvidas se ligam aos pormenores dos fatos, visto que, ao menos sobre esses, Lívio tem um mínimo de “certezas”.

<sup>29</sup> POLÍBIOS. *História*. Trad.: Mário da Gama Kury. Brasília: UnB, 1996. p. 50-51.

<sup>30</sup> TITO LÍVIO. VII. 9. p. 84. v. II.

<sup>31</sup> TITO LÍVIO. VII. 9. p. 84. v. II.

<sup>32</sup> TITO LÍVIO. VII. 9. p. 84. v. II.

<sup>33</sup> TITO LÍVIO. VII. 9. p. 84. v. II.

Lívio procura tornar público as dúvidas e incertezas que as informações contidas na tradição dos analistas lhe impõem. Admite a dificuldade de encontrar versões verossímeis sobre as experiências que já se passaram por perceber o exercício intencional com que seus *monumenta* são elaborados. Assim, ao questionar qual teria sido a função do ditador romano Aulo Cornélio “naquele ano” (comandante da guerra contra os samnitas ou presidente dos Jogos Romanos?), apresenta uma série de posicionamentos que indiciam sua desconfiança das fontes utilizadas pelos escritores, que então lhe serviam de base:

Não é fácil escolher entre um fato e outro, optar por esse ou aquele historiador. Estou convencido de que os elogios fúnebres [*memoriam funebribus laudibus*] e as falsas inscrições nos retratos dos antepassados alteraram as recordações do passado, pois as famílias procuram através de fraude e mentiras [*mendacio*] cobrir-se com a glória dos altos feitos e das magistraturas. Essa é a origem da confusão quanto aos atos de cada cidadão e quanto aos monumentos públicos [*publica monumenta*] do passado. *Não há um só historiador [scriptor] dessa época em cujo testemunho [auctore] se possa confiar inteiramente* [grifo nosso]<sup>34</sup>.

Lívio suspeita da autoridade de seus predecessores que já escreveram sobre o caso que lhe põe em dúvida, por terem produzido suas obras a partir de fontes (memória dos louvores aos mortos e os epitáfios) que, ao seu olhar, falsificam a memória do passado. Procura também levar seu destinatário à percepção de que os elementos da memória do passado são, por vezes, construídos a partir de interesses políticos e que, por isso, devem ser tratados com suspeita. Tem-se, pois, um exercício que, se não pode ser considerado uma “verificação da autenticidade das fontes”, expressão muito moderna, constitui uma discussão da tradição através de uma crítica a suas fontes. Lívio mantém um tipo de exercício com as fontes, já presente na tradição historiográfica que lhe antecede.

Conforme Momigliano<sup>35</sup>, em Heródoto já se tem uma crítica das fontes e é isso que concede à historiografia grega o que ela tem de específico. Visão que resulta, em parte, de sua intenção em mostrar “as raízes clássicas da historiografia moderna”, o que o leva a, por vezes, usar expressões em demasiado modernas para se referir aos antigos. De toda forma, vemos, com efeito, em Heródoto uma preocupação, se não em criticar as fontes, ao menos em não aceitá-las passivamente: “*Em verdade, minha obrigação é expor o que se diz, mas não sou obrigado a acreditar em tudo (essa expressão deve aplicar-se a toda a minha obra)*”<sup>36</sup>. A Heródoto era relevante expor todas as versões que via e ouvia; não vinha ao caso, porém, acreditar em todas elas. Daí porque desconfia dos testemunhos orais que lhe foram fornecidos

<sup>34</sup> TITO LÍVIO, VIII, 40, p. 199-200, v. II.

<sup>35</sup> MOMIGLIANO, Arnaldo. Op., cit., p. 62-63.

<sup>36</sup> HERÓDOTOS. *Histórias*. Trad. Mário da Gama Kury. Brasília: Ed. UnB, 1988. p. 382.

em suas viagens, sem deixar de introduzi-los em seu texto. “*Dizem que ele é roubado aos grifos pelos arimaspos, homens de um olho só; não creio tampouco na existência de homens iguais aos outros em tudo mais, porém dotados de um olho só*”<sup>37</sup>.

A semelhança dessa desconfiança de Heródoto, Lívio costuma expor as versões de seus predecessores e, em seguida, questioná-las a partir, por vezes, de uma discussão das próprias fontes por eles utilizadas, conforme vimos antes. Por reconhecer a impossibilidade de narrar experiências verdadeiras, dada a natureza parcial das fontes, poderia, ao menos, informar ao leitor sobre seus “problemas”. Como se quisesse elaborar inovações em relação aos seus pares do passado, que teriam aceitado como indiscutíveis essas fontes “problemáticas”, Lívio se coloca como o historiador que, à diferença deles, as problematizou a partir da apresentação de seu nível de parcialidade. Se Lívio não necessitaria questionar as fontes para adquirir credibilidade em face de seus leitores contemporâneos, como nos diz Veyne<sup>38</sup>, considerou essencial fazê-lo para se mostrar superior aos historiadores a ele anteriores.

Nesse sentido, Lívio promove um tipo de exercício que ele próprio desconsidera em seu prefácio, ao colocar que mais agradável do que acrescentar coisas novas ao que já foi dito pelos escritores da tradição e do que ultrapassar a “*rude antiguidade pela arte de escrever*”, será ocupar-se da “*memória dos feitos realizados pelo povo que é senhor da terra*”<sup>39</sup>. São cuidados que, para Lívio, apenas inquieta o espírito dos escritores, ainda que não os distancie do verdadeiro (*uerus*). Porém, em toda sua obra, a arte retórica e os acréscimos aos predecessores apresentam-se como exercícios freqüentes. Esse próprio argumento que insere em seu prefácio, foi construído a partir do recurso à retórica, com a qual pretende se mostrar distinto da multidão de escritores presentes em seu tempo e, com isso, conquistar a benevolência do leitor. De toda forma, interessa também nesses comentários, sua compreensão de que a “arte de escrever” não se dissocia da preocupação com o *tópos* do verdadeiro.

<sup>37</sup> Idem. *ibidem*. p. 186.

<sup>38</sup> VEYNE, Paul. *Op. cit.*

<sup>39</sup> Cf.: TITO LÍVIO. *Ab urbe condita, prefácio*. In: HARTOG, François. A história de Homero a Santo Agostinho. Trad.: Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: UFMG, 2001. p.205. A tradução desse trecho pelo tradutor que é base desse trabalho, se distancia em demasiado com o termo latino, modernizando-os. Para a expressão *memoria rerum gestarum*, usa “celebração dos altos feitos” (PEIXOTO, Paulo Matos. *Op. cit.*, p. 17). Expressão que banaliza o significado da noção de memória que, para Lívio, está associada à escrita dos acontecimentos. Logo, a própria história que não necessariamente queria “celebrar” os feitos romanos. Assim, Peixoto reduz a história para Lívio a uma mera “celebração” dos feitos dos romanos, para a execução da qual não seria necessário se preocupar com fundamentos em fontes, por exemplo.

Observamos que Lívio se coloca como um historiador, cuja ligação com o verdadeiro (*uerus*) em muito se distancia da relação com ele estabelecida por outros historiadores de seu tempo. Argumento que se justifica com a passagem a seguir, em que, para elevar o caráter glorioso de uma batalha vitoriosa dos romanos contra os samnitas, sublinha que mesmo os historiadores que se detêm à verdade, que não parece ser o seu caso, consideraram-na gloriosa: “*Grande foi a glória dessa batalha em que se combateu no território de Sentino, mesmo para quem se atém à verdade [uero]*”<sup>40</sup>. Assim, Lívio eleva a verossimilhança da glória resultante da batalha, visto que não foi apenas ele, com seu patriotismo, que a considerou, mas também os próprios escritores que prezam pelo verdadeiro. Apresentando uma postura que tem como base o possível, cujas fronteiras, segundo ele, devem ser respeitadas, Lívio realça o caráter impossível de certas informações que encontra nos escritores antigos: “*Mas alguns historiadores, com seus exageros, ultrapassam os limites do que se pode crer [fidem], atribuindo ao exército inimigo trezentos e trinta mil infantes, quarenta e seis mil cavaleiros (...)*”<sup>41</sup>.

Lívio entende o verossímil como aquilo que se distancia do falso e que mantém uma relação de proximidade com o verdadeiro. Para defender o jovem Cipião, então acusado pelos senadores por corrupção da disciplina militar, admite que elas são verossímeis, por serem “falsas”<sup>42</sup> e verdadeiras ao mesmo tempo: “*Embora essas acusações fossem em parte verdadeiras [uera], em parte falsas [mixta] e por isso mesmo verossímeis [similia ueris] – a opinião que prevaleceu foi a de Quinto Metelo, que em tudo apoiou Máximo, mas poupou Cipião*”. Contudo, afirma que Cipião foi poupado após sua defesa por Quinto Metelo que atua na narrativa como um “porta voz” de Lívio, enumerando os feitos do passado do réu para livrá-lo das acusações do presente.

Com efeito, disse ele, não seria nada lógico, depois de se escolher há pouco aquele jovem como general indicado para recuperar a Espanha; depois de, recuperada a Espanha, nomeá-lo cônsul para pôr fim à guerra púnica; depois de, com grandes esperanças, contar com ele para arrancar Aníbal da Itália e conquistar a África, chamá-lo de repente de sua província, praticamente condenado sem sequer ter apresentado defesa<sup>43</sup>.

Lívio se desloca de seu lugar como historiador, deslizando-se para um papel provisório: o de orador. Assim, utiliza uma das seis partes que compõem o discurso retórico

<sup>40</sup> TITO LÍVIO, X, 30, p. 326, v. II.

<sup>41</sup> TITO LÍVIO, X, 30, p. 326, v. II.

<sup>42</sup> *Mixta* advém do verbo *miscere* que significa “misturar”, “mesclar”. Cf.: ERNOUT, A.; MEILLET, A. Op., cit., p. 588. Liga-se ainda a algo que se encontra confundido. FARIAS, Ernesto. Op., cit., p. 342-43. Noções que se associam, por hipótese, à idéia de falsidade, de algo que não se encontra em seu “lugar correto”.

<sup>43</sup> TITO LÍVIO, XXIX, 20, p. 108-109, v. IV.

segundo Cícero: a refutação, conceituada como a “destruição dos argumentos contrários”<sup>44</sup>. A acusação a Cipião se encaixa na causa jurídica<sup>45</sup>, constituída por várias divisões e subdivisões, das quais tem-se a noção da súplica. Por meio dessa, o réu poderia ser defendido, a partir do argumento de que havia cometido muitos atos justos e virtuosos no passado, que superariam seus “erros”<sup>46</sup>. Não seria decoroso, então, permitir que o romano mais virtuoso entre todos fosse condenado, ainda que suas acusações fossem verossímeis.

Portanto, se Lívio considera verossímil as ações de Cipião, contrárias à disciplina romana, usa um argumento retórico que torna aquele aspecto superável. Todavia, trata-se de um argumento também verossímil, pois baseia-se em fatos do passado, que aconteceram ou poderiam ter acontecido<sup>47</sup>. Defende, enfim, o verossímil, o crível, o possível.

Conceitos que Lívio associa às duas tradições presentes em seu texto: a escrita (*memoria*) de seus predecessores e a oralidade (*fabula* e *fama*). Sobre esta, Lívio considera que, por seu vínculo com o universo da *fabula poetica*, não lhe cabe a ousadia de aceitá-la, nem de abandoná-la. Porém, se para tornar mais digno e augusto o passado de Roma é relevante recorrer a ela, ele o fará:

(...) a essas tradições mais ilustradas por lendas poéticas [*fabulis poeticis*] do que apoiadas no testemunho irrecusável da história [*rerum gestarum monumentis*], não pretendo afirmá-las nem contestá-las. Concede-se aos antigos a permissão de introduzir a interferência divina nas ações humanas, para tornar mais veneráveis as origens da cidade...<sup>48</sup>

Recepçiona as *fabulae* por considerar que poderiam contribuir em sua construção de um passado romano exemplar. A elas, opõe os *monumenta rerum gestarum*, documentos escritos que evocam a memória dos feitos de Roma. De toda forma, os usos da tradição oral, que no mundo antigo era extensiva aos distintos gêneros discursivos, constituem mais uma estratégia narrativa do que uma ingenuidade de Lívio, cujas intenções, implícitas em seu texto, parecem não terem sido observadas pelos comentadores sobre os quais discorreremos. Escreve a partir de elementos ligados ao mundo divino/religioso com uma perspectiva pragmática que, no entanto, é encoberta por sua “arte de dizer”.

<sup>44</sup> CÍCERO. *Retórica a Herênio*. Trad.: Ana Paula Celestino Faria e Adriana Seabra. São Paulo: Hedra, 2005, p. 57.

<sup>45</sup> Idem. *ibidem*, p. 77.

<sup>46</sup> Idem. *ibidem*, p. 79.

<sup>47</sup> Cícero se refere à Narração, uma das partes do discurso oratório, como o momento em que o orador expõe fatos que aconteceram ou que poderiam ter acontecido a fim de tornar sua causa provável. Cf.: CÍCERO. *Op. cit.*, 2005, p. 57.

<sup>48</sup> TITO LÍVIO prefácio, p. 18, v. I.

Lívio admite que, nos primeiros cinco livros da *Ab urbe condita*, usou como principal material para sua produção, as tradições escrita e oral, em virtude da inexistência, segundo ele, de documentos escritos (*litterae*) à época dos fatos. Comenta, ao iniciar o livro VI, acerca do caráter “obscuro” das coisas sobre as quais narrou nos livros anteriores, argumentando que elas se situavam a uma distância temporal considerável em relação ao seu tempo. Acrescentando-se a isso, havia pouca quantidade de outros *monumenta*, que contribuissem para escrever sobre tempos tão remotos. Sua maioria havia sido destruída em incêndios ocorridos em Roma:

É uma história [*res*] demasiado obscura, em parte por sua antiguidade, que a torna semelhante aos objetos difíceis de perceber a grande distância, em parte pela insuficiência e raridade de documentos escritos [*litterae*] na época. única testemunha fiel dos feitos passados [*una custodia fidelis memoriae rerum gestarum*], uma vez que até os documentos registrados nos comentários dos pontífices [*commentariis pontificum*] e outros monumentos públicos e privados [*publicis priuatisque monumentis*] foram na maior parte destruídos no incêndio da cidade.<sup>49</sup>

A antiguidade dos feitos, então, encobre o passado, tornando-o inacessível e desconhecido. Haveria um caminho possível para iluminá-lo: o recurso aos *litterae*, únicos guardiões (*custodiae*)<sup>50</sup> da memória dos feitos do passado, por serem nesse produzidos. São eles, segundo Lívio, que protegem os fatos do perigo de seu esquecimento, conservando-os para que, posteriormente, pudessem ser narrados pelos historiadores. São eles ainda que podem permitir ao historiador a construção de uma narrativa verdadeira, dada sua *fides*. Porém, esses materiais, vistos por Lívio como os únicos possíveis para se alcançar o verdadeiro, também não existem no passado remoto sobre o qual narrou. Ainda restariam outras possibilidades, embora providas de menor credibilidade que os *litterae*, as anotações dos pontífices e os monumentos públicos e privados. No entanto, todos esses documentos se perderam com a ação dos incêndios em Roma, acontecimento comum que provavelmente prejudicou o exercício de escrita dos historiadores.

De toda forma, Lívio não desistiu de escrever uma história verossímil, acessível também a partir das *fabulae*. Apesar da pluralidade de documentos escritos, então, inacessíveis, foram elas, além dos analistas, que lhe permitiram construir uma obra que rememorasse um passado excessivamente distante.

Lívio opina sobre o estatuto das *fabulae*, ao considerar que não as aceita, nem as rejeita, como se quisesse se tornar neutro e, assim, apresentar-se como íntegro ao seu leitor.

<sup>49</sup> TITO LÍVIO. VI. 1. p. 09, v. II.

<sup>50</sup> Significa “guarda”, “guardião”. ligado à vigília, na língua militar. Não possui etimologia Cf. ERNOUT. A.: MEILLET. A. Op. p. 239.

Costuma acrescentá-las aos feitos apropriados ora da tradição dos analistas, ora da memória “oficial” de Roma (os anais dos pontífices máximos). Através de uma *fabula*, é que explica como os romanos conseguiram, de início, sair de um túnel que haviam construído, como estratégia militar, sob as muralhas de Véios e, por fim, como invadiram o espaço supraterrâneo da cidade, atacando-a. Lívio faz uma rápida digressão, em meio à narrativa da guerra dos romanos contra os veientes, para contar essa *fabula*:

Aqui se insere uma história fantástica [*fabula*]. Estava o rei de Véios imolando uma vítima quando a voz do arúspice, dizendo que o homem que cortasse as entranhas da vítima alcançaria a vitória, teria chegado até o túnel e movido os soldados romanos a saírem do subterrâneo, arrebataram as entranhas e levá-las ao ditador. Contudo, tratando-se de fatos tão remotos [*rebus tam antiquis*], eu me daria por satisfeito se o verossímil [*similia ueri*] pudesse passar por verdadeiro [*ueris*]. Mas histórias dessa natureza, mais adequadas à encenação teatral [*ostentationem scenae gaudentis*], que se compraz mais com a apresentação do maravilhoso [*miraculis*] do que com a verdade histórica [*fidem*], não vale a pena afirmá-las nem contestá-las.<sup>51</sup>

Os deuses não permitiriam que os romanos, mesmo estando num espaço bem distante da voz do arúspice, deixassem de ouvir um presságio que definiria os vencedores da batalha. Ouviram-no, fizeram o que lhes orientava e partiram para a vitória, que se torna mais gloriosa com o uso da *fabula*, por Lívio associá-la ao universo do divino. Porém, não exclui o caráter verossímil da narrativa sobre a guerra.

Lívio desloca a *fabula* de seu “lugar próprio”, o gênero poético, para o gênero da história. Pois, embora afirme que ela convém mais ao gênero teatral, ligado a uma exibição/simulação (*ostentatio*)<sup>52</sup>, geradora de alegria e prazer (*gaudium*)<sup>53</sup>, não se isenta de recepcioná-la. Preocupa-se em esclarecer a diferença entre o gênero teatral/poético, ligado ao verossímil e ao maravilhoso (*miraculis*)<sup>54</sup>, e o gênero historiográfico, associado ao verdadeiro e à “boa-fé” (*fides*). No entanto, com um exercício de “tradução”, tornam usáveis à história os elementos próprios ao primeiro.

<sup>51</sup> TITO LÍVIO, V. 21, p. 410, v. I.

<sup>52</sup> *Ostendo*: “expor”; *ostentum*: na língua augural, “presságio”; *ostentatio*: “mostrar com afetação/fingimento ou ostentação”. Cf.: ERNOUT, A.; MEILLET, A. Op., p. 682.

<sup>53</sup> *Gaudeo* (“alegria”) possui algumas complicações em sua etimologia que a torna pouco clara. Cf.: Idem, ibidem, p. 394.

<sup>54</sup> Derivado de *mirus* (“espantoso, estranho, maravilhoso”). Donde, *miraculum*: “coisa espantosa” e, na língua religiosa, “prodígio, milagre”, tomou um sentido laudativo. A etimologia, apenas plausível, de *mirus* o liga a “sorrir” que, em latim, não se associa nem a admirar, nem a se espantar. Mas, em sua língua de origem (skr - *smrah*) se liga a alegre, admirável, agradável. Cf.: Idem, ibidem, p. 587-588.

Neste exemplo, aparece a distinção entre *fabula poetica*, ligada ao *uerus similis*<sup>55</sup> e o que chama no prefácio de *incompactus rerum gestarum monumentum*<sup>56</sup>, ligado ao *uerus*. Distinções que existem, mas que não tornam esses conceitos dicotômicos. Lívio considera que sua escrita sobre os feitos do povo romano, então, associa-se a fontes que lhe fornecem um caráter verdadeiro dos fatos, a exemplo dos materiais escritos a sua época e, em última instância, dos textos dos analistas dela mais próximos. Por outro lado, liga-se também a tradições orais que, a seu ver, lhe possibilitam construir um passado augusto para Roma, associado ao verossímil.

Cícero<sup>57</sup>, de quem Lívio se apropriou, conceitua a *fabula* como ações que não são nem *ueras* (verdadeiras) nem *ueri similes* (verossímeis), associando-a às experiências relatadas no gênero poético da tragédia. Difere-se de Aristóteles, para quem o *mythos* era uma imitação dos poetas do ponto de vista da verossimilhança e da necessidade<sup>58</sup>. Já para Cícero, a fábula não poderia ser encaixada no campo da verossimilhança, visto constituir-se de uma narração “falsa”. Lívio reemprega a compreensão de Cícero, não negando o caráter verossímil da fábula e, assim, aproxima-se mais de Aristóteles.

São noções que Lívio desloca para construir uma *memoria rerum gestarum*, que se pauta ora no *uerus*, ora no *uerus similis*, compreendendo esse como um elemento sinalizado pelas fontes, que não fazem parte do exercício de mimetização dos poetas. Para Lívio, a história deve narrar com base no *uerus*, contudo mediante sua ausência, o *uerus similis* da poesia apresenta-se quase sempre como bem vindo. A ele, o historiador costuma conceder um tratamento historiográfico, retirando, por exemplo, elementos que pudessem afastar completamente a experiência das possibilidades de sua ocorrência e, logo, do campo do possível. Lívio justifica o verossímil e, por outras vezes, assinala seu inverso: o impossível, que não caberia em sua produção historiográfica.

<sup>55</sup> Conforme Idem, ibidem, temos: *similis*: semelhante, igual. Corresponde a dois substantivos derivados: *simultas* (“o que é junto”, “rivalidade, competição, hostilidade recíproca, inimizade”) e *similitudo* (“semelhança, afinidade”, na língua da retórica, “analogia e comparação”). De *similis*, surgiu *similo-as*: “representar exatamente, copiar, imitar”, por oposição ao objeto real/verdadeiro, ao modelo. Donde: “tomar a aparência de”, “fingir/simular/imaginar”. A época do baixo império aparece *simulare*. Donde: *simulacrum*: “imagem, representação (pela pintura, escultura, espelho, etc.)”, “espectro, simulacro”. Na filosofia, se opõe à *res, corpus*. (p. 901). *Res*: exprime “o que existe, a coisa, a realidade” (p. 822). Nesse sentido, entendemos o *uerus similis* como semelhante ao verdadeiro que, por sua vez, existe enquanto um conceito, uma idéia. Através dele, Lívio elabora uma narrativa semelhante ao verdadeiro que, para ele, era praticamente inalcançável, ainda que buscasse alcançá-lo. Lívio admite que sua história é, antes de tudo, uma narrativa verossímil.

<sup>56</sup> Monumento incorruptível dos feitos acontecidos.

<sup>57</sup> CÍCERO. Op., cit., 2005, p. 64-65.

<sup>58</sup> ARISTÓTELES. Op., cit., p. 28.

Nesse sentido, Lívio promove um tipo de exercício, descrito por Veyne como sendo uma tentativa de separação entre o trigo e o joio<sup>59</sup>, ao se referir à *fabula* dos gêmeos, sobre a qual diz a tradição (*fama*) que as tetas de uma loba teriam alimentado Rômulo e Remo após ambos serem lançados ao rio. Prossegue, colocando que o pastor Fáustulo, ao ver os gêmeos perdidos e sem lar, os levou para seu recinto a fim de criá-los junto com sua esposa, Larência. Lívio, então, articula elementos divinos e humanos, concluindo que, outras versões consideram que Larência era uma *lupa*<sup>60</sup>, termo que em latim significava também prostituta. “Outros julgam que Larência era uma prostituta, uma ‘loba’, como chamavam os pastores. Teria sido esta a origem da lenda maravilhosa [*fabulae miraculo*]”<sup>61</sup>. Dessa maneira, Lívio atribui à *fabula* um tratamento historiográfico, ao se preocupar em informar sua procedência. Desvia dela o que considera inverossímil: duas crianças serem amamentadas por uma loba.

Tipo de desvio que promove também ao fazer usos da própria memória “oficial” de Roma: os Anais. Considera como fora do campo do possível uma informação que neles encontra, conforme a qual os romanos teriam combatido também em Fidenas num ano de muitas guerras contra os povos itálicos:

A frota também combateu em Fidenas, conforme registram certos anais [*annales*]. É um fato [*rem*] igualmente difícil e inconcebível [*incredibilem*], pois mesmo agora o rio não é suficientemente largo para a navegação e, segundo nos transmitiram os antigos, naquela época ainda era mais estreito.

Lívio aciona seu conhecimento do presente para se contrapor aos anais, pois que, conforme ele próprio observou, o rio, através do qual os romanos poderiam chegar a Fidenas, era assaz estreito para tornar impossível a navegação. Argumenta ainda que o máximo que poderia ter acontecido seria a simulação de uma guerra a partir da junção de “(...) um pequeno número de barcos, cuja importância, como em geral acontece, teria sido exagerada para se incorporar aos feitos a inútil glória de uma vitória naval”<sup>62</sup>. Então, considera o feito inacreditável (*incredibilis*) por sua impossibilidade de ter acontecido, ao menos da forma grandiosa com que o trata os anais.

Por outras vezes, Lívio chega a construir narrativas com base apenas no que poderia ter acontecido, apresentando um tipo de exercício que resulta da recepção de um dos conceitos do possível segundo Aristóteles<sup>63</sup>. Para esse, havia o possível que não aconteceu,

<sup>59</sup> VEYNE, Paul. Op., cit., s/d, p. 27.

<sup>60</sup> Loba, sentido figurado: prostituta. Cf.: FARIAS, Ernesto. Op., cit., p. 322.

<sup>61</sup> TITO LÍVIO. I, 4, p. 25, v. I.

<sup>62</sup> TITO LÍVIO. IV, 34, p. 344, v. I.

<sup>63</sup> ARISTÓTELES. Op., cit.

mas que era verossímil, e o possível que aconteceu<sup>64</sup>. É o primeiro conceito que vemos recepcionado na digressão que Lívio elabora para descrever como os romanos teriam reagido ao exército de Alexandre Magno caso tivessem com ele combatido. Toma como ponto de partida, uma referência ao “glorioso” general romano Papírio Cursor que chegara em triunfo a Roma após gloriosa vitória contra os samnitas: *“Houve quem julgasse que, como general, ele se teria equiparado a Alexandre, o Grande, se este após subjugar a Ásia tivesse empunhado armas contra a Europa”*<sup>65</sup>.

A partir disso, é que sente necessidade de fazer a digressão, justificando-a ao afirmar que desde o início da obra procurou seguir a cronologia dos fatos. Porém, *“(…) ao mencionar tão grande rei e general, sinto-me levado a registrar aqui as reflexões que mais de uma vez me ocuparam secretamente o pensamento. Permitti-me, pois, analisar qual teria sido, para o Estado romano, o resultado de uma guerra contra Alexandre”*<sup>66</sup>. Considerando a fama do macedônio, construir um combate entre seu exército e o romano, constituiria um exercício que a Lívio permitiria engrandecer ainda mais o último.

Lívio considera que a quantidade de soldados e sua coragem, o talento dos comandantes e a sorte são os principais elementos que definem a vitória numa guerra. Dessa forma, *“(…) o Império Romano teria facilmente permanecido invicto diante de Alexandre, do mesmo modo que diante de outros reis e nações”*. Argumenta que boa parte da glória de Alexandre explica-se por ter morrido jovem, logo na fase de crescimento da Macedônia, e por não ter vivenciado os azares da sorte. Passa a estabelecer comparações entre os feitos de Alexandre e de vários “heróis” romanos, interrogando, em tom de afirmação, se o macedônio teria os vencido:

Os feitos de Alexandre como soldado não o tornaram menos notável, mas teria ele feito recuar em combate, se os tivesse como adversários, Mânlio Torquato ou Valério Corvo, ilustres como soldados antes de sê-lo como generais? Teria ele feito recuar os Décios, que se sacrificaram lançando-se entre os inimigos? Teria ele feito recuar Papírio Cursor, com sua força física e firmeza de espírito?<sup>67</sup>

Lívio usa, pois, a referência de Alexandre para elevar a grandeza dos romanos, visto que coloca esses não apenas equiparáveis ao macedônio, mas a ele superiores. Por outro lado, afirma que, provavelmente, se Alexandre tivesse vivido mais tempo, seus vícios teriam aumentado. Mais um elemento que facilitaria a vitória dos romanos:

<sup>64</sup> Idem, *ibidem*, p. 29.

<sup>65</sup> TITO LÍVIO, IX, 17, p. 228, v. II.

<sup>66</sup> TITO LÍVIO, IX, 18, p. 228, v. II.

<sup>67</sup> TITO LÍVIO, IX, 18, p. 229, v. II.

Que teria acontecido se tivesse aumentado cada vez mais seu amor ao vinho? Se o mesmo tivesse acontecido com sua cólera selvagem e terrível (digo apenas o que foi afirmado pelos historiadores)? Podemos acreditar que tais vícios não viessem a prejudicar suas qualidades de general?<sup>68</sup>

Toda a argumentação de Lívio gira em torno do objetivo de persuadir seu destinatário de que a glória dos romanos superava a grandeza de Alexandre; grandeza que se restringia a um único indivíduo e a pouco mais de dez anos. Entre os romanos, contudo, a grandeza foi e era distribuída entre vários magistrados e existia desde a fundação da cidade. Assim, o exército de Alexandre provavelmente passaria por grandes perigos, caso enfrentasse o romano, visto que *“(...) os macedônios possuíam um só Alexandre, exposto a inúmeros azares da guerra e até se oferecendo a eles, ao passo que os romanos possuíam muitos generais semelhantes a Alexandre por sua glória ou pela grandeza de seus feitos”*<sup>69</sup>. Além disso, se os romanos já venceram tantas outras batalhas, com seus soldados, inigualáveis no exercício dos trabalhos e na superação das fadigas, não haveria dúvidas que venceriam também Alexandre e seus soldados.

Em meio a informações que poderiam ter acontecido, Lívio admite que *“(...) os romanos não tiveram encontros com Alexandre e com as forças intactas da Macedônia”*. Porém, *“(...) tiveram os macedônios como inimigos em suas lutas contra Antioco, Filipe e Perseu, sem sofrerem derrota nem sequer grave ameaça”*<sup>70</sup>. Seja como for, Lívio tem uma compreensão certa acerca do soldado romano: *“Ele, porém, repeliu e repeliu mil exércitos mais bem-equipados do que o dos macedônios e o de Alexandre, desde que perdure o amor por essa paz na qual vivemos e a preocupação em manter a concórdia entre os cidadãos”*<sup>71</sup>. A condição, pois, para a glória de Roma era a manutenção da “paz” que Lívio afirma presenciar em seu tempo; manutenção que deveria ocorrer a partir do fomento à harmonia civil, possível apenas com a prática dos costumes tradicionais.

A inserção dessa digressão em sua obra, contribuiu para Lívio elevar ainda mais a coragem e a glória do exército romano, na medida em que apontou evidências verossímeis, considerando as vitórias anteriores, de que o mesmo teria vencido o tão famoso e invencível exército de Alexandre, caso com ele combatesse. Trata-se de uma estratégia narrativa, a partir da qual Lívio coloca seus romanos no ápice da grandeza e do heroísmo. Em momento algum, o historiador constrói situações impossíveis de terem acontecido, tendo como base os feitos dos romanos do passado. Narra, pois, um verossímil; um verossímil que denuncia um fato que

<sup>68</sup> TITO LÍVIO. IX, 20, p. 230-231, v. II.

<sup>69</sup> TITO LÍVIO. IX, 18, p. 232, v. II.

<sup>70</sup> TITO LÍVIO. IX, 19, p. 234, v. II.

<sup>71</sup> TITO LÍVIO. IX, 19, p. 234, v. II.

poderia acontecer, se se considerarmos a grandeza dos romanos de outrora, aos olhos de Lívio, verossímeis. A vitória seria inverossímil, se a guerra ocorresse num tempo em que os costumes tradicionais, como o patriotismo, fossem corrompidos, o que não é o caso do tempo sobre o qual Lívio narra

A idéia de verossimilhança, conforme Lívio, associa-se também às opiniões que se vê quase obrigado a construir sobre os fatos, diante da ausência de fontes mais fiéis sobre eles. Aponta várias explicações prováveis para entender os motivos das intermináveis batalhas dos romanos contra os volscos e os équos e, além disso, o que teria levado tais povos a constantemente formarem novos exércitos para a luta contra os romanos:

Os antigos silenciam sobre a matéria. Que poderia eu então propor senão uma opinião [*opinionem*], como cada leitor poderá formar a sua através de suas próprias conjecturas? É provável [*simile ueri*] que nos intervalos entre duas guerras, como atualmente ocorre nos alistamentos romanos, os volscos se tenham servido de nova classe de jovens para iniciar a guerra. É provável também (...). E ainda provável (...).

Pode alcançar apenas o que é semelhante ao verdadeiro (*simile veri*) num momento em que se vê num fogo cruzado, dada a pluralidade de interpretações possíveis. De toda forma, adota ao término de suas cogitações, uma das versões, confirmando o que já havia sido dito pelos demais escritores. “*Contudo, como afirmam todos os autores [auctores], o exército dos volscos era na verdade imenso, apesar dos últimos golpes descarregados sob os auspícios e o comando de Camilo*”<sup>72</sup>. Afirma que irá lançar uma opinião, mas termina corroborando a tese dos escritores e, com isso, privilegia o universo da escrita enquanto mais pertinente para a construção de sua memória, o que não quer dizer muita coisa, dada a quantidade de referência à tradição oral que encontramos em sua obra.

Ao se referir a um tratado estabelecido entre albanos e romanos à época do reinado de Túlio Hostílio, comenta que se trata do tratado mais antigo da “tradição”. Neste caso, usa o termo *memoria*, o que nos leva a crer que esse está associado ao que é escrito pela tradição dos analistas, já que Lívio, ao se referir a sua escrita, a designa como uma *memoria rerum gestarum*. Trata-se de algo diferente de *fama*, associada ao mundo da oralidade: “*Este foi o mais antigo tratado que a tradição [memoria] nos conservou*”<sup>73</sup>. Vejamos outro exemplo. “*Nenhum fato digno de memória [dignum memoria gestum] ocorreu na guerra com os veientes*”<sup>74</sup>. Digno, portanto, de escrita.

<sup>72</sup> TITO LÍVIO. VI. 12. p. 25. v. II.

<sup>73</sup> TITO LÍVIO. I. 24. p. 52. v. I.

<sup>74</sup> TITO LÍVIO. II. 43. p. 166. v. I.

Observa-se, diante desses e outros exemplos do *corpus* liviano, que o conceito de memória no mundo romano estava associado à escrita, próximo, em parte, de seu significado no mundo grego. Heródoto pensa a memória como a exposição (*apodéksis*) dos resultados de sua investigação, a fim de que os feitos de bárbaros e helenos não caiam no esquecimento<sup>75</sup>. Produziu uma história tendo como principal fonte a tradição oral que, por sua vez, foi preservada do esquecimento ao se tornar uma memória escrita através da história<sup>76</sup>. A tradição oral, para a maior parte dos historiadores gregos, era o segundo elemento relevante para a feitura de uma história do presente, pois que antes dela, valorizava-se o “olho” do historiador, próprio testemunho dos fatos e, por isso, fonte mais fiel. Lívio, todavia, concebe a escrita como a fonte mais fiel, ainda que utilize em demasiado a oralidade. Com isso, nos dá a impressão que essa sua idéia foi apropriada pelos historiadores do século XIX, que pensavam a escrita como a única fonte detentora da verdade.

Semelhante ao que faz Heródoto<sup>77</sup> quando expõe o que “ouviu” e o que “viu”, Lívio se preocupa, de um lado, em apresentar marcas que indicam seus usos da tradição oral (“diz-se”, “conta-se”, etc); de outro, em assinalar os variados materiais escritos que utilizou, subdivididos em “fontes primárias” (livros dos magistrados, tratados entre Roma e outras cidades, livros línteos, livros sibilinos, registros dos anais pontífices máximos, monumentos públicos e privados, inscrições, estátuas, túmulos, epitáfios, etc) e na tradição de escritores predecessores (Licínio Mácer, Fábio Píctor, Pisão, Valério Áncias, Célio Antípatro, Tubero, Cláudio Alimento, Políbio, dentre outros). Apenas esse último foi possível de ser acessado. De Píctor, tem-se apenas poucos fragmentos, o que nos impossibilitou um exercício de cotejo entre ele e os outros escritores romanos com a obra de Lívio. Apesar das distinções que fizemos entre eles, compreendemos todos esses materiais como as fontes usadas por Lívio.

Lívio comenta ainda sobre as dissonâncias que atravessavam os mundos da oralidade e da escrita, ao associar a primeira à noção de opinião: “*Eis o que era preciso referir a propósito de tão grande homem, malgrado os desacordos entre as opiniões [opinionibus] e as fontes escritas [monumenta litterarum]*”<sup>78</sup>. Trata-se da narrativa sobre o noivado da filha de Cipião Africano com T. Graco, sobre o qual não se tinha certeza se havia ocorrido antes ou depois da morte de Cipião. Diante das dúvidas, Lívio ainda elogia Cipião, por ter concedido a

<sup>75</sup> HERÓDOTOS. *Op.*, cit., p. 19.

<sup>76</sup> MORELO. Sonila. *A relativização da verdade em Heródoto*. Belo Horizonte: UFMG. 2001 (dissertação de mestrado). p. 24.

<sup>77</sup> Tucídides e Políbio pouco fazem esse exercício, visto em Heródoto e Tito Lívio, pois que não pensavam a história a partir da concepção de que há várias versões possíveis sobre um mesmo evento. Para eles, existia uma verdade dos fatos e cabia ao historiador narrá-la.

<sup>78</sup> TITO LÍVIO. XXXVIII, 57, p. 273, v. V.

mão da filha a Graco, mesmo após os conflitos com ele enfrentados, limitando-se a narrar o que lhe era possível tendo em vista as incongruências entre as fontes orais, ligadas à *opinio*<sup>9</sup> e as escritas, ligadas aos *monumenta litterarum*. Neste caso, Lívio não estabelece hierarquizações entre os mundos do oral e do escrito, já que não aponta a superioridade de um ao outro, apenas informando que há muitas discordâncias entre eles. A tradição oral, para Lívio, estaria dissociada da noção de verdade.

Lívio sugere a compreensão de que as fontes escritas constituíam, aos seus olhos, o único meio para atingir o *uerus*, porém, não o único meio para escrever história, conceito que está associado também ao *uerus similis*. Este, por sua vez, se liga às *fabulae* e/ou às *famae*, bem como, aos textos dos analistas, pois que ambos não constituem uma escrita construída à época dos feitos narrados. Deste modo, embora não conceba a tradição oral, por exemplo, como documento, Lívio as utiliza como se o fosse, demonstrando uma incongruência entre o que teoriza e o que promove; entre o “dito” e o “não-dito”.

De toda forma, se Lívio considera as fontes escritas (*monumenta litterarum*) mais providas de *fides*, não significa que constituíram o principal recurso para a produção de sua obra, pois que foram por ele pouco utilizadas. Nela, prevalece, de um lado, o uso da tradição dos analistas, escritos *a posteriori* e, de outro, a tradição oral, cuja presença não se resume, pois, aos primeiros livros, mas é extensiva a toda sua obra. Deslocamos os sentidos que Lívio atribui à noção de fonte, considerando que essa se constitui de uma articulação entre os materiais que lhe possibilitaram rememorar o passado: a oralidade, a escrita dos analistas e os “documentos escritos”. Consideramos que o exercício com esse universo plural de fontes constitui uma inovação de Lívio em relação aos gregos, cujas bases eram a oralidade e a visão. Trata-se do elemento que distingue a história da poesia, permitindo ao historiador a construção de um texto provido de um estatuto verossímil e, por isso, crível.

Por fim, temos que se Lívio considera que narra o verdadeiro (*uerus*) apenas quando do uso de documentos escritos (*monumenta litterarum*) e que, por outro lado, narra o verossímil (*uerus similis*) quando do uso dos textos, escritos *a posteriori* pelos analistas e/ou daquilo que se conta (*fama* e *fabula*), o último exercício prevalece em seu *corpus* textual, já que teve pouco acesso aos *litterae*. O estatuto textual da *Ab urbe condita* a remete, pois, a um conceito considerado pela tradição dos historiadores antigos como intrínseco, sobretudo ao universo da poesia: a verossimilhança. Por outro lado, a desvia de uma noção considerada por eles como peculiar ao discurso historiográfico: a verdade.

<sup>9</sup> Opinião, suposição, conjectura, crença, etc. Cf.: FARIAS, Ernesto. Op., cit., p. 378.

## CONCLUSÕES

Várias imagens de Lívio ficaram com o “fim” desse estudo. O moralista, o patriota e o tradicionalista; o estóico que se quer honesto com seus leitores; o pragmático; o orador e o retórico; o contador de *fabulae*; o narrador do *uerus similis*, o “tradutor” de Políbio; o historiador do civismo romano; o republicano; o idealizador e “restaurador” de sua *urbs*. Historiador que teve a possibilidade de ser lido a partir de múltiplos olhares, que aos poucos foram se complementando, de acordo com o ritmo da pesquisa.

Construímos representações contemporâneas sobre Lívio e sua escrita. É um “Lívio contemporâneo” que aparece em nosso texto, ao concebermos sua escrita da história como um discurso ligado ao verossímil, à tradição oral, ao cotidiano cívico, à retórica. Não se trata de uma visão anacrônica. Significa apenas que recebemos Lívio no séc. XXI e, fazê-lo, não nos poderia levar as mesmas leituras acerca dele elaboradas em outros tempos.

Traduzimos Lívio para um contexto em que, de um lado, admite-se que a história é um discurso verossímil que representa o que aconteceu, assim como ele o fazia; de outro, que é um texto que escreve sobre outro(s) texto(s). Procuramos deslocá-lo, desviá-lo, invertê-lo, atentando para o “não-dito”. A partir desse, esprememos o texto de Lívio até conseguirmos dele sugar o maior número possível de indícios de suas pretensões como historiador. Talvez esse exercício constitua o principal elemento que distingue este trabalho, ou pelo menos o que tentamos promover por meio dele, dos já realizados sobre Lívio a que tivemos acesso. Pois, seus autores constroem visões, sobretudo a partir do “dito”.

Construímos, portanto, sentidos para a escrita de Lívio a partir da compreensão de que ela não constitui um cristal, pedra constituída por partículas organizadas no espaço por uma ordem que não pode ser desarrumada. Um cristal, cuja transparência poderia nos mostrar claramente o que se encontra por trás dele. A Lívio, cabe mais a metáfora do caleidoscópio, instrumento formado por vários fragmentos móveis de vidro colorido que, ao se refletirem num jogo de espelhos, geram um número infinito de imagens de cores variadas. De cristal a caleidoscópio: a história liviana.

Durante todo o texto, procuramos argumentar em defesa de um “Lívio historiador”, que o foi, sobretudo por sua preocupação em rememorar feitos que aconteceram, acompanhando o ritmo de suas mudanças a partir de um diálogo com um conjunto de materiais que lhe permitiram “acessar” a memória de um passado e construir, para esse, uma outra. Uma memória em que marcas de seus distintos lugares (historiador, aristocrata, patriota, moralista, etc ) se intercalam.

O “Lívio historiador” emergiu, então, após um conjunto de análises, que resultaram em algumas percepções sobre ele. Acompanha uma tradição historiográfica que se propõe a investigar e a narrar o que aconteceu; admite que seu texto é, sobretudo verossímil; promove usos de fontes, guiado por uma sensação de desconfiança; “traduz” Políbio a partir de intenções peculiares que resultaram em deslocamentos de sua obra; representa um rol de práticas sociais, procurando desviá-las do esquecimento. São compreensões que construímos a partir de um exercício que teve como fio condutor uma análise historiográfica da obra de Lívio.

A partir do estudo de Lívio e das demais leituras que construímos, entendemos a história como uma “tradição”, visto que nossa produção constitui uma continuidade do que já foi produzido pelos antigos, ainda que com consideráveis deslocamentos. Trata-se de uma “tradição” caracterizada pela articulação entre prática/ investigação, baseada em “regras”, e numa narrativa sobre as ações humanas. “Regras” que são mutiladas e desviadas a cada nova investigação estabelecida, mas que não perdem seu “lugar próprio”. Os antigos, assim como nós, promoviam investigações baseadas em elementos próprios ao *fazer* historiográfico em sua época. Assim, promovemos a investigação de forma distinta, desde Heródoto, porém, é esse exercício, aliado à escrita, que, aos nossos olhos, nos faz historiador.

Vimos Lívio como um historiador que narra um conjunto de práticas sociais. Por isso, ler sua obra constituiu uma experiência que proporcionou mais aberturas que fechamentos. Sensação que se revelou ao nos depararmos com uma imensidão de representações sobre as disputas por poder no âmbito de Roma e que foram minimamente exploradas neste trabalho, em virtude de seus objetivos e de seu próprio formato. Esperamos retornar ao texto de Lívio a fim de fazer uma pesquisa mais apurada sobre esse tema que constitui, a nosso ver, seu próprio *leitmotiv*.

A fase da escrita (*graphé*) de uma pesquisa (*historie*) constitui também um momento em que somos levados à necessária seleção das tramas e passagens a serem analisadas. Exercício que, no caso do estudo da *Ab urbe condita* de Lívio, terminou nos estimulando a continuar pesquisando, dada a imensidão das possibilidades de análise por ela proporcionadas. Tivemos, pois, que matar fases da pesquisa, ao deslocá-la para a escrita<sup>1</sup>. Angústia, ao menos compartilhada pela comunidade de historiadores. Assim, o estudo da obra serviu também como uma entrada para novos caminhos a serem percorridos em outros momentos e/ou por outros transeuntes que a isso se dispõem.

---

<sup>1</sup> E isso que Michel de Certeau afirma que os historiadores fazem quando da fase da escrita da história. Cf.: CERTEAU, Michel de. Op., cit., 2002.

## BIBLIOGRAFIA

1. ALBERTO, Paulo F. *O simbólico na construção da imagem e do programa ideológico de Augusto: os mitos da fundação de Roma*. Revista Agora, Lisboa, n. 6, 2004.
2. ARAÚJO, Orlando Luiz; LIMA, Marinalva Vilar de. *Ensaio em estudos clássicos*. Campina Grande: Ed. UFCG, 2006.
3. CARCOPINO, Jérôme. *A vida quotidiana em Roma no apogeu do Império*. Trad.: António José Saraiva. Lisboa: Livros do Brasil, s/d.
4. CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger (orgs.). *História da leitura no mundo ocidental*. São Paulo: Ática, 2002 (vol. I).
5. CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Trad.: Maria de Lourdes Menezes Rio de Janeiro: Forense, 2002.
6. CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Trad.: Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.
7. CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. Trad.: Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Ed. UNESP, 1998.
8. CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes*. Trad.: Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.
9. CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Trad.: Maria Manuela Galhardo, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
10. COLLINGWOOD, R. G. *A historiografia greco-romana*. In: *A idéia de História*. Trad.: Alberto Freire. Lisboa: Editorial Presença, s/d, p. 27-78.
11. COSTA, Lígia Militz da. *A poética de Aristóteles: mimese e verossimilhança*. São Paulo: Ática, 1992.
12. DARNTON, Robert. *Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária*. Trad.: Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das letras, 1998.
13. DOSSE, François. *A história*. Trad.: Maria Elena O. Assumpção. Bauru-SP: EDUSC, 2003.
14. DUJOVNE, León. *El pensamiento histórico en la antigüedad grecorromana*. In: *La filosofía de la historia en la Antigüedad y en la Edad Media*. Buenos Aires – Argentina: Galatea – Nueva Visión, 1958.
15. ERNOUT, A.; MEILLET, A. *Dictionnaire étymologique de la langue latine: histoire des mots*. Paris: Librairie C. Klincksieck, 1932.
16. FARIAS, Ernesto. *Dicionário escolar latino português*. Rio de Janeiro: FAE, 1991.
17. FINLEY, Moses. *A política no mundo antigo*. Lisboa: Edições 70, 1997.

18. FINLEY, Moses. *Mito, memória e história*. In: Uso e abuso da história, Trad.: Marylene Pinto Michael. São Paulo: Martins Fontes, 1989, pp. 3-27.
19. GRIMAL, Pierre. *A vida em Roma na Antiguidade*. Trad.: José Daniel Lourenço et al. Lisboa: Europa-América, 1981.
20. GRIMAL, Pierre. *O século de Augusto*. Trad.: Rui Miguel O. Duarte. Lisboa: Edições 70, 1997.
21. GRIMAL, Pierre. *A civilização romana*. Trad.: Isabel St. Aubyn Lisboa. Edições 70, 1993.
22. HARTOG, François. *A história de Homero a Santo Agostinho*. Trad.: Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.
23. HARTOG, François. *O espelho de Heródoto*. ensaio sobre a representação do outro. Trad.: Jacyntho Luis Brandão. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
24. HARTOG, François. *Os antigos, o passado e o presente*. Trad.: Sonia Lacerda et al. Brasília: UnB, 2003.
25. HARTOG, François. *O século XIX e a história: o caso de Fustel de Coulanges*. Trad.: Roberto Cortes de Lacerda. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2003.
26. I.ÉVÊQUE, Pierre. *O mundo helenístico*. Trad.: Teresa Meneses. Lisboa: Edições 70.
27. MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Trad.: Maria Beatriz Florenzano. São Paulo: EDUSC, 2004.
28. MOMIGLIANO, Arnaldo. *Os limites da helenização: a interação cultural das civilizações grega, romana, céltica, judaica e persa*. Trad.: Claudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.
29. MORELO, Sonila. *A relativização da verdade em Heródoto*. Belo Horizonte: UFMG, 2001 (dissertação de mestrado).
30. MURACHCO, Henrique. *Língua grega: visão semântica, lógica, orgânica e funcional*. São Paulo/Petrópolis: Vozes, 2003 (vol. II).
31. PETIT, Paul. *A paz romana*. Trad.: João Pedro Mendes São Paulo. EDUSP, 1989.
32. ROBERT, Jean-Noël. *Os prazeres em Roma*. Trad.: Marina Appenzeller. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
33. ROMILLY, Jacqueline. *História e razão em Tucídides*. Trad.: Tomás Rosa Bueno. Brasília: UnB, 1998.
34. SÁ, Maria Yacê Carleial F. de. *A idéia de cidade: a urbe romana de Tito Lívio*. Crato: URCA, 2003 (monografia de especialização)
35. SEBASTIANI, Breno Battistin. *Tito Lívio e Cipião Africano: a construção da personagem histórica*. São Paulo: USP, 2002.

36. SHOTWELL, James T. *A interpretação da história e outros ensaios*. Trad.: Murillo Bastos Martins. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1967.
37. SILVA, Maria Aparecida de Oliveira. *Plutarco historiador: análise das biografias espartanas*. São Paulo: EDUSP, 2006.
38. TOYNBEE, Arnold J. *Helenismo: história de uma civilização*. Trad.: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.
39. VERNANT, Jean-Pierre. *As origens do pensamento grego*. Trad.: Ísis Borges B. da Fonseca. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
40. VEYNE, Paul. *Acreditaram os gregos em seus mitos?*. Trad.: Antonio Gonçalves. Lisboa: Edições 70, s/d.
41. VEYNE, Paul. *Como se Escreve a História*. Trad.: Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília: UnB, 1998.
42. VEYNE, Paul. *O império Romano*. In: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. *História da Vida Privada: do império romano ao ano mil*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.
43. VIDAL-NAQUET, Pierre. *O mundo de Homero*. Trad.: Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
44. WALSH, P. G. *Livy's Preface and the Distortion of History*. In: *The American Journal of Philology* Vol. 76, nº 4, 1955, pp. 369-383.

## FONTES

1. ARISTÓTELES, HORÁCIO, LONGINO. *A poética clássica*. Trad.: Jaime Bruna. São Paulo: Ed. Cultrix, 1997.
2. ARISTÓTELES. *A política*. Trad.: Nestor Silveira Chaves. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d.
3. CÉSAR, Caio Júlio. *Bellum civile* (a guerra civil). Trad.: São Paulo: Estação liberdade, 1999.
4. CÍCERO. *As Catilnárias et al.* Trad.: Américo Ramalho *et al.* São Paulo-Lisboa: Verbo, 1974.
5. CÍCERO. *Da república*. AURÉLIO, Marco *et al.* Trad.: Amador Cisneiros. São Paulo: Editor Victor Civita, 1973 (coleção Os pensadores).
6. CÍCERO. *Do sumo bem e do sumo mal*. Trad.: Carlos Ancêde Nougê. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
7. CÍCERO. *Dos deveres*. Trad.: Angélica Chiapeta. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
8. CICERÓN. *El orador*. Trad.: E. Sánchez Salor. Madrid: Alianza Editorial, 2004.
9. CÍCERO. *Retórica a Herênio*. Trad.: Ana Paula Celestino Faria e Adriana Seabra. São Paulo: Hedra, 2005.
10. HERÓDOTOS. *Histórias*. Trad.: Mário da Gama Kury. Brasília: Ed. UnB, 1988.
11. OVÍDIO. *A arte de amar*. Trad.: Dúnia Marinho da Silva. Porto Alegre: L&PM, 2006.
12. PLATÃO. *A república*. Trad.: J. Guinsburg. São Paulo: Difel, 1973 (vol. II).
13. PLATÃO. *Diálogos*. Trad.: Jorge Paleikat; João Costa. São Paulo: Editor Victor Civita, 1972.
14. PLATÃO. *Fedro*. Trad.: Pinharanda Gomes. Lisboa: Guimarães editores, 2000.
15. POLÍBIOS. *História*. Trad. Mário da Gama Kury. Brasília: Ed. UnB, 1996.
16. TITO LÍVIO. *História de Roma*. Trad.: Paulo Matos Peixoto. São Paulo: Paumape, 1989 (vol. I-VI).
17. TITO LÍVIO. *História de Roma – Ab urbe condita libri* (livro I). Trad.: Paulo Farmhouse Alberto. Lisboa: Inquérito, 1993 (edição bilíngüe).
18. TUCÍDIDES. *História da guerra do Peloponeso*. Trad.: Mário da Gama Kury. Brasília: Ed. UnB, 1986.
19. XENOFONTE. *Ciropedia*. Trad.: João Félix Pereira. São Paulo: W. M. Jackson Inc., 1970.